

DIREITO CONSTITUCIONAL

Administração Pública



Presidente: Gabriel Granjeiro

Vice-Presidente: Rodrigo Calado

Diretor Pedagógico: Erico Teixeira

Diretora de Produção Educacional: Vivian Higashi

Gerente de Produção Digital: Bárbara Guerra

Todo o material desta apostila (incluindo textos e imagens) está protegido por direitos autorais do Gran Cursos Online. Será proibida toda forma de plágio, cópia, reprodução ou qualquer outra forma de uso, não autorizada expressamente, seja ela onerosa ou não, sujeitando-se o transgressor às penalidades previstas civil e criminalmente.

CÓDIGO:

221104464968



LUCIANO DUTRA

Advogado da União desde 2009, com atuação no Supremo Tribunal Federal. Autor de livros. Professor de Direito Constitucional com ampla experiência em cursos preparatórios para concursos públicos e Exames de Ordem presenciais e on-line. Aprovado em diversos concursos públicos. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora e pós-graduado em Direito Público. Graduado e pós-graduado em Ciências Militares.

GRAN
CONCURSOS

SUMÁRIO

Administração Pública	4
1. Introdução	4
2. Princípios Gerais	4
3. Disposições Gerais	10
4. Servidores Públicos	28
5. Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios	37
6. Regiões	38
7. Súmulas e Jurisprudência Aplicáveis	39
Resumo	46
Questões de Concurso	50
Gabarito	71
Gabarito Comentado	72

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. INTRODUÇÃO

Prezado(a) aluno(a), tudo bem?

Estamos de volta para estudarmos agora a Administração Pública, mas, antes de começarmos, é importante fixar que o estudo deste tema permeia o Direito Constitucional e o Direito Administrativo.

Aqui em Direito Constitucional, cabe-nos trazer os aspectos mais importantes sobre a Administração Pública **na Constituição Federal e na jurisprudência do STF**. Já no Direito Administrativo, o professor deve, além disso, abordar as normas infraconstitucionais. Ok?

Aperte o cinto que o avião do Gran Online irá decolar!!! Venha comigo.

2. PRINCÍPIOS GERAIS

O que se entende por Administração Pública? De acordo com Alexandre de Moraes, a Administração Pública “pode ser definida objetivamente como a atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve para a consecução dos interesses coletivos e subjetivamente como o conjunto de órgãos e de pessoas jurídicas aos quais a lei atribui o exercício da função administrativa do Estado”.

Segundo o *caput* do art. 37, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes **da União, dos Estados-membros, do Distrito Federal e dos Municípios** obedecerá aos princípios de **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**. O termo “Administração Pública” está ligado à função administrativa. Desse modo, compreende os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário quando exercem a atividade administrativa. Perceba que a Constituição Federal traz cinco princípios explícitos afetos à Administração Pública. Vejamos cada um deles.

O primeiro é o princípio da **legalidade administrativa**. Segundo ele, **exige-se uma lei prévia** que imponha ou autorize a atuação administrativa.

Se a lei impõe uma conduta, o administrador realizará um ato vinculado, ao passo que, se a lei autoriza uma ação, o gestor poderá praticar um ato discricionário. Essa dicotomia entre atos discricionários e atos vinculados, na verdade, é um tema do Direito Administrativo. De toda forma, vamos enfrentar.

O **ato discricionário** é aquele em que o administrador tem autorização legal para decidir desta ou daquela maneira. Há margem de decisão, especialmente no mérito administrativo do ato (motivo e objeto). Já no **ato vinculado**, a lei já define como o administrador deverá agir, não dando margem para juízo de conveniência e oportunidade. Vamos a um exemplo:

EXEMPLO

Pensemos num processo administrativo disciplinar. Se o servidor público federal comete um ilícito administrativo, previsto na Lei n. 8.112, de 1990, o administrador público competente **DEVE** instaurar o processo administrativo disciplinar. Ele não tem margem decisória. É um dever legal. Percebeu? Trata-se de um **ato vinculado**.

Vamos a outro exemplo:

EXEMPLO

A Administração possui um contrato administrativo em vigor, cuja prorrogação a lei autoriza. Cabe ao gestor decidir, a partir de um juízo de conveniência e oportunidade, se prorroga ou não o contrato. Como existe essa margem decisória, cuida-se de um **ato discricionário**. OK?

Perceba, portanto, que, no campo da **legalidade administrativa**, **deve** haver uma lei anterior que, no mínimo, autorize a atuação administrativa, de sorte que o gestor **deve**, como regra, estar amparado numa lei antecedente que regule sua conduta.

Nesse passo, a **legalidade administrativa não se confunde com a legalidade privada** prevista no art. 5º, II, que **não exige lei** para que os particulares realizem relações jurídicas privadas, sendo lícito fazer tudo que a lei não proíba.

Essa distinção é muito importante para os concursos públicos.

Vejamos agora o princípio da impessoalidade. O **princípio da impessoalidade** pode ser observado por **dois prismas** distintos. Vejamos:

a) princípio da impessoalidade direcionado aos administrados: segundo ele, a Administração Pública não pode tratar determinadas pessoas com privilégios ou perseguições, uma vez que **decorre do princípio da igualdade**. A impessoalidade exige que a Administração Pública trate os administrados de maneira igual, na busca do atingimento do bem comum e não em desvio de finalidade para atender a interesses privados.

Como decorrência da necessidade de tratar todos os administrados de maneira igual, a Constituição Federal, no art. 37, II, exige, como regra, prévia aprovação em concurso público para a investidura em cargos ou empregos públicos. Não pode a Administração Pública selecionar os servidores públicos efetivos de acordo com critérios de simpatia ou de favorecimento pessoal. Para a investidura em cargos públicos ou empregos públicos efetivos, deve, antes, haver prévia aprovação em concurso público.

Podemos citar, ainda, a **vedação ao nepotismo**, consubstanciada na **Súmula Vinculante n. 13**, segundo a qual “a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, **até o terceiro grau**, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do

Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal”. Ou seja, não pode a Administração Pública selecionar os ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança a partir de critérios não republicados, amparados em privilégios pessoais.

DE OLHO NA JURISPRUDÊNCIA

Será que os cargos de natureza política submetem-se à vedação ao nepotismo? Segundo a jurisprudência do STF, ressalvada a situação de fraude à lei, a nomeação de parentes para cargos públicos de **natureza política** (Ministros de Estado, Secretários Estaduais, Secretários Municipais) **não desrespeita** o conteúdo normativo do enunciado da Súmula Vinculante 13. De acordo com o Supremo, “os **cargos políticos** são caracterizados não apenas por serem de livre nomeação ou exoneração, fundadas na fidúcia, mas também por seus titulares serem detentores de um múnus governamental decorrente da Constituição Federal, não estando os seus ocupantes enquadrados na classificação de ‘agentes administrativos’”. Isto é, não há impedimento para que o Prefeito, por exemplo, nomeie sua esposa para Secretaria Municipal, desde que possua competência técnica para o desempenho do cargo.

b) princípio da impessoalidade direcionado para o administrador público: neste caso, a impessoalidade **veda promoção pessoal do agente público**. Como decorrência, temos o art. 37, § 1º, segundo o qual

a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela **não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos**.

Ou seja, pode ter publicidade dos atos de governo, desde que não haja vinculação com a imagem do agente público. A política pública realizada deve ser impessoal. Compreendeu? Essa é a aplicação do princípio da impessoalidade sob a ótica do administrador público.

Agora trataremos de um princípio muito caro à preservação do Estado Democrático de Direito: a **moralidade**. De acordo com o **princípio da moralidade**, exige-se uma **atuação ética** do administrador público, sob pena de o ato administrativo contrário à moralidade administrativa ser declarado **nulo** de pleno direito.

A inobservância da moralidade administrativa poder dar ensejo a:

I – improbidade administrativa: de acordo com o art. 37, § 4º,

os **atos de improbidade administrativa importarão** a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

DIRETO DO CONCURSO

001. Considerando que o presidente de determinado TRT tenha nomeado sua esposa, ocupante de cargo de provimento efetivo do próprio TRT, para exercer função de confiança diretamente vinculada a ele, julgue o item a seguir. Nessa situação hipotética, o presidente do TRT poderá responder por ato de improbidade administrativa, estando sujeito, respeitados os requisitos legais, a medida cautelar consistente na declaração de indisponibilidade de seus bens.



Na situação posta, o presidente do TRT poderá responder por ato de improbidade administrativa porque não observou a supracitada Súmula Vinculante n. 13, estando sujeito, à luz do transcrito art. 37, § 4º, respeitados os requisitos legais, à suspensão dos direitos políticos, à perda da função pública, à **indisponibilidade dos bens** e ao ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Certo.

002. A CF expressamente dispõe que, independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, o responsável pelo ato de improbidade terá obrigatoriamente decretada a suspensão dos seus direitos políticos pelo período de oito a dez anos.



Dois erros. Primeiro: a CF dispõe expressamente que, independentemente da sanção **penal** cabível, os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei. Segundo: a Constituição Federal não estipula o prazo de suspensão dos direitos políticos.

Errado.

II – crime de responsabilidade do Presidente da República: o art. 85, inc. V, dispõe que:

são crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, **contra a probidade na administração**;

III – ação popular: de acordo com art. 5º, inc. LXXIII:

qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à **moralidade administrativa**, ao

meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

IV – inelegibilidade: por fim, o art. 14, § 9º, estabelece que:

lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a **probidade administrativa**, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.

Dito isso, passemos ao estudo do **princípio da publicidade**, que também pode ser observado por **duas óticas** distintas:

a) exigência de publicação dos atos administrativos como condição de eficácia;

b) exigência de transparência da atuação administrativa, como decorrência do direito à informação previsto no art. 5º, XXXIII, que assegura a:

todos o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

DIREITO DO CONCURSO

003. Em virtude do princípio da publicidade e do direito de acesso à informação, o Estado não poderá possuir documentos sigilosos.



Excepcionalmente pode, nas hipóteses em que o sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

Errado.

Por fim, estudemos o **princípio da eficiência**. O **princípio da eficiência** é o **único** que **não é norma constitucional originária**, uma vez que foi inserido na Constituição Federal pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998.

Tal princípio exige um modelo de Administração Pública que **privilegia o resultado**, o **cumprimento de metas**, em oposição à antiga visão de Administração Pública burocrática.

Como decorrência do princípio da eficiência, temos o **contrato de desempenho (Lei n. 13.934, de 2019)** do art. 37, § 8º, e as **escolas de governo** do art. 39, § 2º. Vejamos:

Art. 37, § 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante **contrato**, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre:

I – o prazo de duração do contrato;

II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

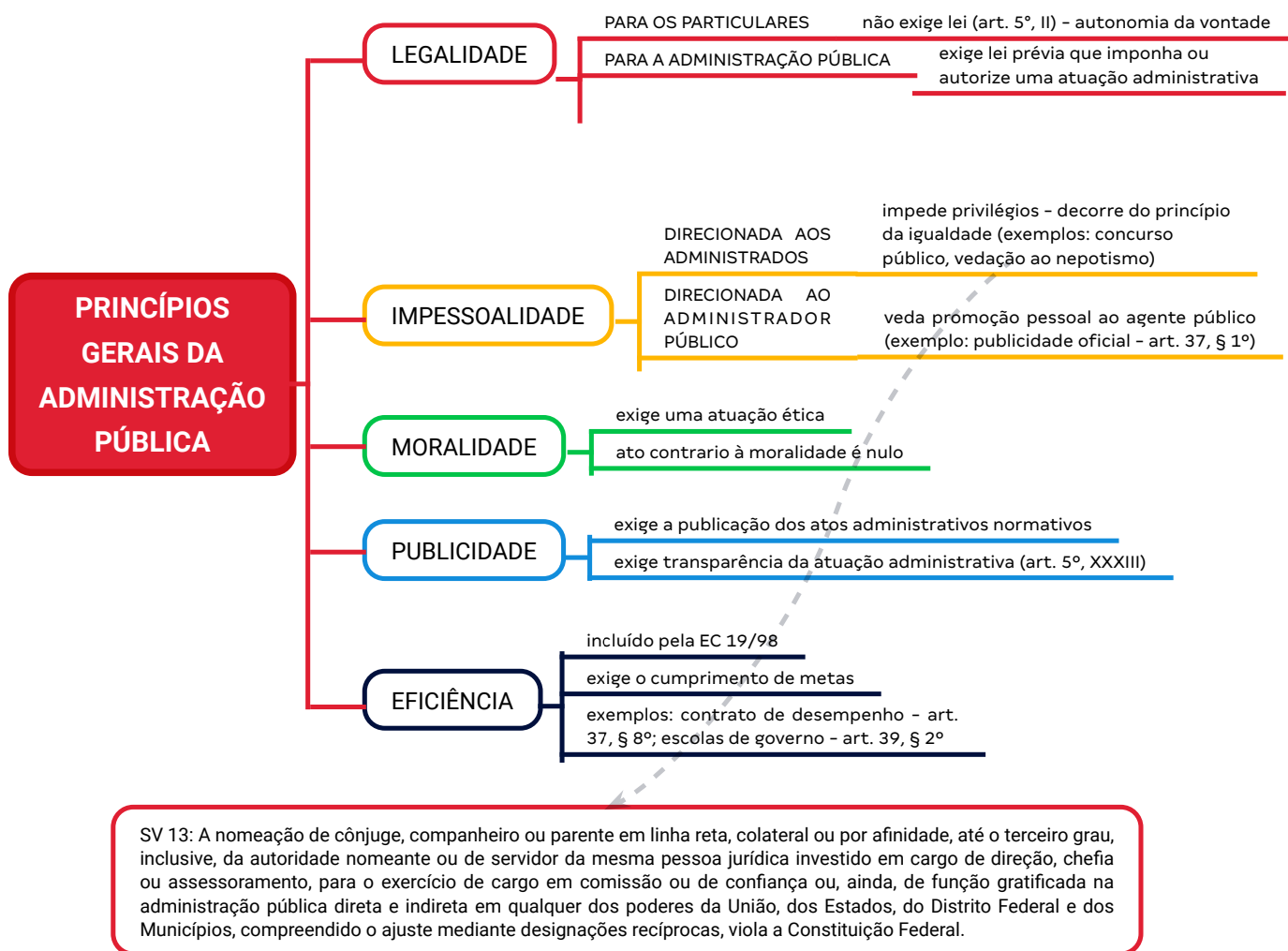
III – a remuneração do pessoal.

Art. 39, § 2º A **União, os Estados e o Distrito Federal** manterão **escolas de governo** para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

DICA DO LD

A Constituição Federal **não** determina que os **Municípios** deverão manter escolas de governo.

Como grande resumo, vamos a um mapa mental.



Tratamos dos princípios presentes na cabeça do art. 37. Agora veremos os aspectos mais importantes acerca das disposições gerais da Administração Pública presentes nos arts. 37 e 38. Venha comigo!!!

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

O **art. 37, I**, estabelece que os **requisitos para investidura nos cargos, empregos e funções públicas** deverão ser estabelecidos por **lei em sentido estrito (uma lei ordinária)**, não podendo o edital prever outros requisitos não estabelecidos na lei, como idade mínima ou máxima, submissão a exame psicotécnico, altura mínima etc.

Art. 37, I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

Não por outra razão, a Súmula Vinculante n. 44, do STF, determina que **só por lei** (lei ordinária) se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público. Isto é, se a lei ordinária regulamentadora do cargo público ou do emprego público não prever a etapa de exame psicotécnico, não poderá o edital inovar na ordem jurídica para trazer esta etapa no concurso público. Se o fizer, o edital deverá ser anulado por ofensa ao art. 37, I.

Como relação ao limite de idade, entende o STF que só se legitima esta previsão em lei quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido (Súmula n. 683, do STF). Ou seja, somente quando a idade for fator de critério de desempenho, poderá ser estipulado limites na lei regulamentadora do cargo. Isso ocorre, por exemplo, com as carreiras policiais. É razoável a estipulação de limite máximo de idade, tendo em vista a inerente aptidão física que deve possuir o policial.

Ainda, o art. 37, I, prevê que os cargos, empregos e funções **também são acessíveis aos estrangeiros, desde que haja lei regulamentadora**. Trata-se de uma norma de eficácia limitada.

Como exemplo, temos a Lei n. 9.515, de 1997, que dispõe sobre a admissão de professores, técnicos e cientistas **estrangeiros** pelas universidades e pelas instituições de pesquisa científica e tecnológica federais.

Já o **art. 37, II**, reza que a investidura em **cargo ou emprego público** depende de **prévia aprovação em concurso público**, salvo cargos em comissão. Perceba:

Art. 37, II – a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, **ressalvadas** as nomeações para **cargo em comissão** declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

DIRETO DO CONCURSO

004. Divulgado o resultado final de um concurso público para o preenchimento de vagas em cargo público de natureza civil, da administração direta federal, os aprovados foram nomeados. Considerando essa situação hipotética e a legislação pertinente, julgue o item a seguir. O concurso público foi necessário porque se tratava de provimento de cargo público na administração direta; seria dispensável se a contratação fosse para emprego público na administração indireta federal.



A investidura em emprego público também depende, como regra, de prévia aprovação em concurso público.

Errado.

005. A investidura em cargo, emprego ou função pública exige a prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, na forma prevista em lei.



Pegadinha maldosa. A investidura em **função pública** não depende de prévia aprovação em concurso público.

Errado.

006. A investidura em emprego público depende de aprovação prévia em concurso público, que pode ser promovido por meio de provas ou simplesmente por meio de avaliação de títulos.



O concurso público deve ser de provas ou de “provas e títulos”, não apenas de títulos.

Errado.

DE OLHO NA JURISPRUDÊNCIA

1) Segundo o STF, é **constitucional** a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da Administração Pública direta e indireta aos candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos (Lei n. 12.990, de 2014). Ademais, entendeu o Supremo que, a fim de garantir a efetividade da política em questão, **também é constitucional** a instituição de mecanismos para evitar fraudes pelos candidatos. É legítima a utilização, além da autodeclaração, de critérios subsidiários de heteroidentificação (exemplo: a exigência de autodeclaração presencial perante a comissão do concurso), desde que respeitada a dignidade da pessoa humana e garantidos o contraditório e a ampla defesa.

- 2) De acordo com o STF, é **constitucional** a remarcação do teste de aptidão física de candidata que esteja grávida à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público.
- 3) Súmula Vinculante n. 43: é **inconstitucional** toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido;
- 4) Súmula n. 684 do STF: é **inconstitucional** o veto não motivado à participação de candidato a concurso público. Ou seja, a eliminação de candidato em qualquer fase do concurso público exige ato motivado.
- 5) Conforme o Tema 161, da repercussão geral, “o candidato aprovado em concurso público dentro do número de vagas previsto no edital **possui direito subjetivo à nomeação**”. No entanto, em recente decisão, o STF fixou que “a superveniente extinção dos cargos oferecidos **em edital de concurso público em razão da superação do limite prudencial de gastos com pessoal**, previsto em lei complementar regulamentadora do art. 169 da Constituição Federal, **desde que anterior ao término do prazo de validade do concurso e devidamente motivada**, justifica a mitigação do direito subjetivo à nomeação de candidato aprovado dentro do número de vagas” (Tema 1.164, da repercussão geral).

DIREITO DO CONCURSO

007. Segundo o STF, é inconstitucional a definição de critérios, além da autodeclaração, como forma de identificação dos beneficiários da política de cotas nos concursos públicos.



Segundo a recente jurisprudência do STF, é **constitucional** a definição de critérios, além da autodeclaração, como forma de identificação dos beneficiários da política de cotas nos concursos públicos.

Errado.

Por seu turno, o **art. 37, III**, nos traz o **prazo de validade de concurso público**:

Art. 37, III – o prazo de validade do concurso público será de **até dois anos**, prorrogável **uma vez, por igual período**.

Isto é, cabe à Administração Pública a definição do prazo inicial do concurso público, dentro de um juízo discricionário, limitado ao máximo de 2 anos. Fixado o prazo inicial, pode haver prorrogação pelo mesmo prazo previsto inicialmente. Caso o edital, por exemplo, preveja um prazo inicial de 6 meses de validade, a prorrogação, se houver, será de 6 meses. Compreendeu?

Uma dúvida muito comum: será que há a **possibilidade de novo concurso dentro da validade do anterior**? A resposta é afirmativa, à luz do **art. 37, IV**. Vejamos:

Art. 37, IV – durante o **prazo improrrogável** previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos **será convocado com prioridade sobre novos concursados** para assumir cargo ou emprego, na carreira;

Vamos explicar um pouco mais. Perceba inicialmente que a Constituição Federal fala em “prazo improrrogável”. Estamos tratando, portanto, do segundo prazo. O prazo inicial do concurso é prorrogável uma única vez por igual período. Assim, o segundo prazo, se houver, será o prazo improrrogável. Compreendeu até aqui? OK. Caso a Administração Pública resolva abrir um novo concurso público, enquanto houver candidatos aprovados no concurso anterior, estes terão prioridade para a nomeação, desde que o concurso antecedente ainda esteja dentro do prazo de validade fixado no edital. Certo?

DIRETO DO CONCURSO

008. Paulo participou de processo seletivo para ingresso em carreira pública federal. O edital do concurso apresentava o quantitativo de dezoito vagas, e Paulo foi aprovado na décima terceira posição. O prazo de validade da seleção foi prorrogado uma vez e ele ainda não foi empossado. Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir. Paulo deverá ser convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir o cargo.



Conforme previsto no art. 37, IV, da CF/1988.

Certo.

Vejamos agora o que diz o **art. 37, V**:

Art. 37, V – as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

Muita atenção para a diferença entre **funções de confiança e cargos em comissão**. As **funções de confiança** devem ser exercidas **exclusivamente** por **servidores** ocupantes de cargo **efetivo**, ao passo que os **cargos em comissão** serão preenchidos por servidores de carreira apenas nos casos, condições e **percentuais mínimos previstos em lei**. Isso significa que, no caso de **cargos em comissão**, atendidos os percentuais mínimos legais de cargos a serem entregues a servidores efetivos, os demais poderão ser preenchidos por **servidores efetivos ou não**. Além disso, tanto as funções de confiança quanto os cargos em comissão **destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento**.

DIRETO DO CONCURSO



009. As funções de confiança devem ser exercidas unicamente por quem não ocupa cargo público efetivo.



É justamente o contrário. As funções de confiança devem ser exercidas unicamente por quem ocupa cargo público efetivo.

Errado.

010. Para exercer função de confiança na administração pública, o servidor deverá ser ocupante de cargo efetivo.



De acordo com o art. 37, V, da CF/1988.

Certo.

011. As funções de confiança devem ser exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo e se destinam apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.



Conforme o art. 37, V, da CF/1988.

Certo.

Já o **art. 37, VI**, estabelece que é garantido ao **servidor público civil o direito à livre associação sindical**. A previsão diz respeito unicamente ao servidor público civil, uma vez que o servidor público militar não poderá se sindicalizar, tampouco realizar greve (art. 142, § 3º, IV).

Art. 142, § 3º,

IV – ao militar são proibidas a sindicalização e a greve;

Em se falando no direito de greve, o **art. 37, VII**, prevê que o **direito de greve** será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica. Trata-se de uma norma constitucional de eficácia limitada definidora de um princípio institutivo.

DE OLHO NA JURISPRUDÊNCIA

- 1) Segundo o STF, é **inconstitucional** o exercício do direito de greve por parte de policiais civis e demais servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública. Ademais, a Corte entende que a vedação absoluta ao direito de greve dos integrantes das carreiras da segurança pública é **compatível** com o princípio da isonomia.
- 2) O STF entendeu que a **justiça comum** é competente para julgar causa relacionada ao direito de greve de servidor público, pouco importando se se trata de celetista ou estatutário.

DIREITO DO CONCURSO

012. A vedação absoluta ao direito de greve dos integrantes das carreiras da segurança pública é compatível com o princípio da isonomia, segundo o STF.



É o que entende o STF.

Certo.

Tratando agora das **vagas para pessoas portadoras de deficiência nos concursos públicos**, a Constituição Federal, no **art. 37, VIII**, reza que a LEI reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão. No âmbito federal, a lei regulamentadora citada é a Lei n. 8.112, de 1990 (art. 5º, § 2º), segundo a qual:

às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam **compatíveis com a deficiência** de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas **até 20% (vinte por cento)** das vagas oferecidas no concurso.

DIREITO DO CONCURSO

013. A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para idosos e pessoas portadoras de deficiência, definindo os critérios de sua admissão.



A Constituição Federal determina que a lei reserve percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, apenas.

Errado.

A Constituição Federal trata, também, do **contrato temporário**, nos termos do **art. 37, IX**, que diz que “a lei estabelecerá os casos de **contratação por tempo determinado** para atender a **necessidade temporária de excepcional interesse público**”. Essa contratação temporária (por prazo determinado) só pode ocorrer em casos urgentes e imprevisíveis como catástrofes, desastres, epidemias que comprometam a normalidade de um determinado serviço público. Importante dizer que o provimento em função pública temporária **não exige** prévia aprovação em concurso público. Esse recrutamento se dará por processo seletivo simplificado, uma vez o concurso público só é obrigatório para a investidura em cargos públicos e empregos públicos e, no caso, temos a ocupação de uma função pública. O exemplo mais comum é a seleção de recenseadores do IBGE. Essa informação já caiu em prova, perceba.

DIRETO DO CONCURSO

014. Nas contratações temporárias autorizadas pela CF, não é obrigatória a aprovação em concurso público.



De fato, a contratação temporária prevista neste art. 37, IX, dispensa prévia aprovação em concurso público.

Certo.

Segundo o **art. 37, X**, a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser **fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa** em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. Isto é, a fixação da remuneração e do subsídio dos servidores públicos é matéria reservada à lei ordinária específica (como regra), dentro do escopo da legalidade administrativa. Assim, não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia (Súmula Vinculante 37).

A partir de uma análise da Constituição Federal, extrai-se as previsões de iniciativa privativa de leis que tratam de remuneração de servidores, vamos lá:

- a) servidores do Poder Executivo Federal: iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, § 1º, II, “a”);
- b) servidores da Câmara dos Deputados: iniciativa privativa da própria Câmara dos Deputados (art. 51, IV);
- c) servidores do Senado Federal: iniciativa privativa do próprio Senado Federal (art. 52, XIII);
- d) servidores do Poder Judiciário: iniciativa privativa do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Justiça (art. 96, II, “b”)

DICA DO LD

O subsídio dos Deputados Federais, dos Senadores, do Presidente da República, do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado é competência exclusiva do Congresso Nacional, por meio de **decreto legislativo** (e não por lei ordinária).

Vejamos agora o que diz o **art. 37, XI**:

XI – a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, **não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal**, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

O transcrito art. 37, XI, cuida do chamado **teto constitucional** que limita o máximo da remuneração dos servidores públicos em geral, que corresponde ao **subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal**. Esse teto geral é aplicado no **âmbito federal**. Ou seja, nenhum servidor público federal pode ganhar mais do que um Min. do STF.

Nos **Estados, no Distrito Federal e nos Municípios**, teremos subtetos, assim estabelecidos:

- 1) nos **Estados** e no **Distrito Federal**, o subteto é por Poder, vejamos:
 - a) no âmbito do **Poder Executivo**: subsídio mensal dos Governadores;

b) no âmbito do **Poder Legislativo**: subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais;
c) no âmbito do **Poder Judiciário**: o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, que corresponde à 90,25% do subsídio dos Ministros do STF (este limite também se aplica aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e Defensores Públicos).

2) No âmbito dos **Municípios**: o subsídio dos Prefeitos.

DE OLHO NA JURISPRUDÊNCIA

1) O Supremo Tribunal Federal decidiu, no RE 663.696, com repercussão geral reconhecida, que, por se tratar de função essencial à justiça, o teto remuneratório dos **Procuradores Municipais** é o subsídio dos **Desembargadores do Tribunal de Justiça**.

2) O STF fixou, no julgamento das ADIs 3.854 e 4.014, que o estabelecimento de um subteto para juízes estaduais diferente do teto remuneratório da magistratura federal viola o caráter nacional da estrutura judiciária brasileira previsto na Constituição Federal. Segundo a Corte, os magistrados federais e estaduais, embora pertencendo a ramos distintos da mesma estrutura judiciária, desempenham iguais funções, submetidos a um só estatuto de âmbito nacional, sem qualquer superioridade de mérito suficiente a justificar o tratamento diferenciado na definição do teto remuneratório. Portanto, determinou que o **teto a ser aplicado em nível estadual corresponde ao valor do subsídio dos membros do STF**.

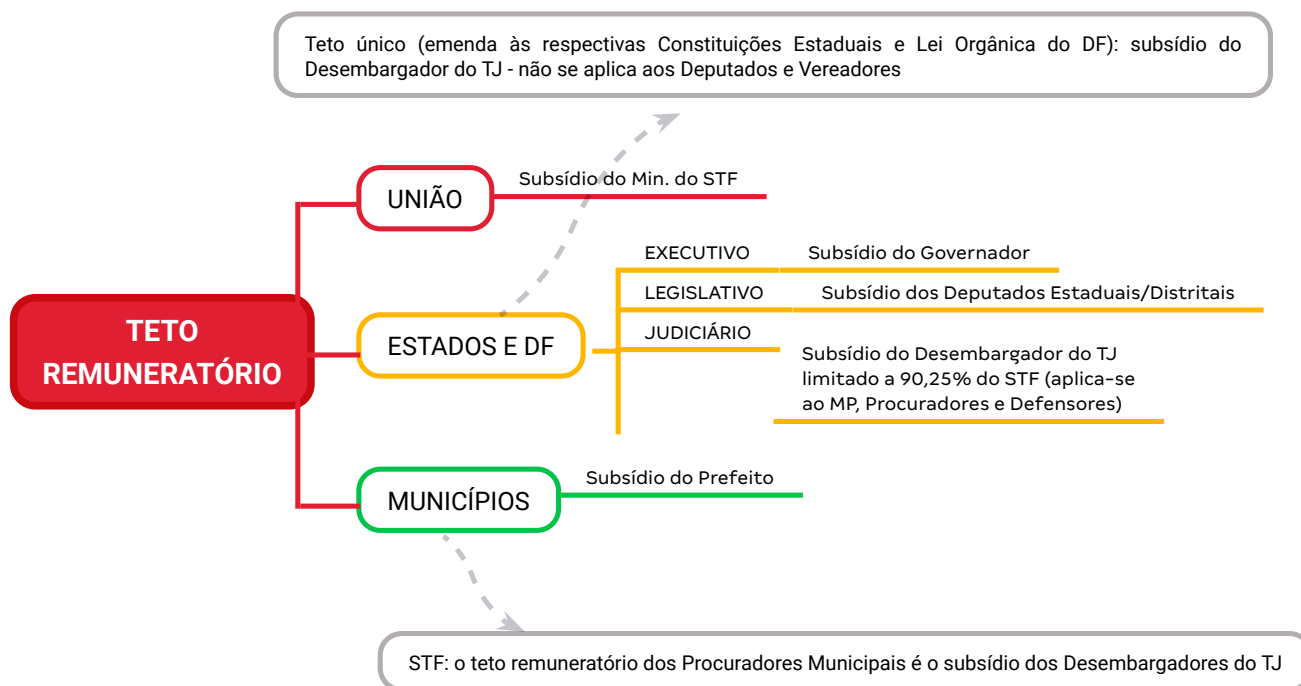
Importante dizer, por fim, que:

1) o **§ 9º do art. 37** determina que as estatais dependentes submetam-se ao teto constitucional. Segundo o art. 37, § 9º, “o disposto no inciso XI **aplica-se** às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, **que receberem** recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral”. Para ratificar a ideia central, a **estatal dependente** é a empresa estatal que recebe do ente controlador (União, Estado-membro ou Município) recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral (exemplos: CBTU e Trensurb). Se não recebe recursos financeiros do ente controlador, será uma **estatal não dependente**. Nesse caso, não precisa observar o teto constitucional (exemplos: Caixa Econômica Federal, BNDES, Petrobras, Banco do Brasil);

2) **não serão** computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do *caput* deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório **expressamente previstas em lei ordinária**, aprovada pelo Congresso Nacional, de caráter nacional, aplicada a todos os Poderes e órgãos constitucionalmente autônomos, segundo o **art. 37, § 11**, com redação dada pela Emenda Constitucional n. 135, de 2024.

3) fica facultado aos Estados-membros e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio

mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando essa previsão aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores (**art. 37, § 12**).



Por sua vez, o **inciso XII do art. 37** dispõe que “os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo”. É uma norma por demais controversa. A interpretação dada pelo STF é a de que não se trata de isonomia, mas de teto. Ademais, cuida-se de uma norma constitucional de eficácia limitada, pois depende de lei para a produção dos seus efeitos essenciais.

Já o **art. 37, XIII**, determina que é **vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público**. A norma em questão visa impedir reajuste automático de vencimento, a partir da vinculação de um cargo a outro. Não pode, por exemplo, uma lei equiparar o subsídio de um delegado de polícia a de um promotor de justiça. Tal previsão seria inconstitucional, por ferir este art. 37, XIII.

Por importante, trazemos, mais uma vez, o enunciado da **Súmula Vinculante n. 37**, do STF, segundo a qual:

não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

DIRETO DO CONCURSO



015. Considere que determinado ente da administração indireta do qual Pedro é servidor tenha concedido, contrariamente à legislação, benefícios salariais a um grupo de servidores. Nessa situação, dados o princípio da isonomia e o respeito ao direito adquirido, Pedro fará jus aos mesmos benefícios se provar que executa função similar àquela desempenhada pelo referido grupo de servidores.



Conforme vimos, o art. 37, XIII, determina que é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público. Ademais, a Súmula Vinculante n. 37, do STF, reza que “não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia”.

Errado.

O **art. 37, inc. XIV, veda o “efeito-repicão”**, ao estabelecer que os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores. A ideia é proibir a concessão de acréscimos remuneratórios cumulativos. Os acréscimos só podem ser calculados sobre o vencimento básico, excluída a inclusão de adicional na base de cálculo de outro. Com isso, impedi-se que gratificações, adicionais e qualquer outra vantagem pecuniária incida uns sobre os outros, vedando o “repique”, o efeito “cascata” de acréscimos pecuniários ulteriores.

EXEMPLO

Imagine que o servidor público X receba R\$ 5.000,00 de vencimento básico e que faça jus a 20% de adicional de qualificação e 20% de adicional de tempo de serviço. Ao incidir 20% de adicional de qualificação, ele passa a receber R\$ 6.000,00. Agora vem a questão: os 20% de adicional de tempo de serviço incidirá sobre os R\$ 6.000,00? Não, de acordo com a vedação do “efeito repicão”. O adicional de tempo de serviço incidirá sobre o vencimento básico de R\$ 5.000,00, aumentando mais R\$ 1.000,00 na remuneração do servidor X, que receberá, no caso, R\$ 7.000,00. Compreendeu?

O **inciso XV do art. 37** prevê a **irredutibilidade** dos subsídios e dos vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos. Esta irredutibilidade remuneratória dos servidores públicos **não é absoluta**, uma vez que deve respeitar o teto constitucional do art. 37, XI, e a vedação ao “efeito repicão” do art. 37, XIV. Ademais, o STF entende que esta irredutibilidade é **nominal**, não assegurando reajuste automático em decorrência de perda inflacionária.

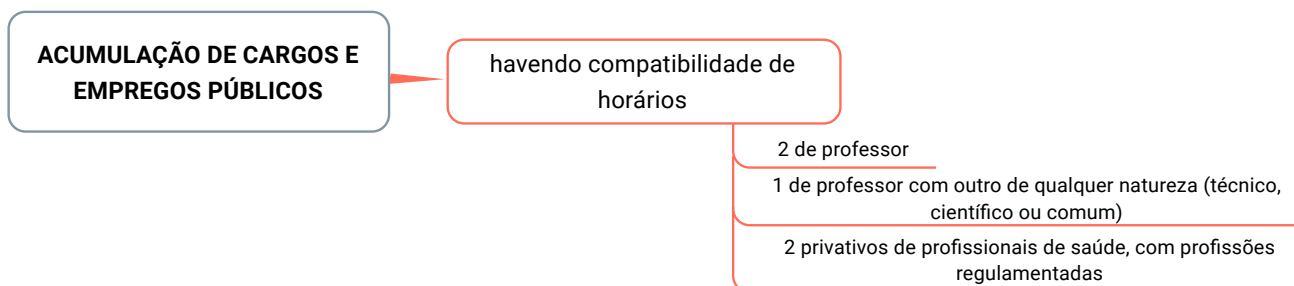
DE OLHO NA JURISPRUDÊNCIA

Pautada na irredutibilidade do subsídio e dos vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos, o STF declarou inconstitucional qualquer interpretação de dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) que permita a redução de vencimentos de servidores públicos para a adequação de despesas com pessoal (ADI 2.238).

Sobre a vedação à **acumulação de cargos públicos e empregos públicos**, determina o art. 37, XVI, que é vedada a acumulação remunerada de **cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários**: a) a de **dois cargos de professor**; b) a de **um cargo de professor com outro de qualquer natureza** (Redação dada pela EC n. 138/2025); c) a de **dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas**. Muito cuidado com esta nova redação do art. 37, inc. XVI, letra b, implementada recentemente pela EC n. 138, de 2025. A partir de agora, **qualquer cargo público, seja ele técnico, científico, ou não, poderá acumular outro cargo público de professor**. Isso vai despencar em concurso público!

Essa alteração promovida pela EC n. 138/2025 é profunda porque elimina as discussões doutrinárias e jurisprudenciais sobre o que seria um “cargo técnico ou científico”. Agora, a **compatibilidade de horários** é o único limitador para o professor que deseja acumular outro cargo público, seja ele administrativo, de nível médio ou qualquer outro, ampliando significativamente a liberdade de acumulação para o magistério.

Ademais, a proibição de acumular **estende-se a empregos e funções** e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público (**art. 37, XVII**).



ATENÇÃO

MUITO CUIDADO com o que eu vou dizer agora: a EC 101, de 2019, que inseriu o § 3º ao art. 42, diz que se aplica aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar.

Ou seja, a possibilidade de acumulação de cargos públicos, na forma do art. 37, XVI, também se aplica aos militares dos Estados e do Distrito Federal (policias militares e integrantes dos corpos de bombeiros militares), desde que haja compatibilidade de horários.

Na prática, teremos o seguinte:

- 1) o policial militar ou o bombeiro militar poderá acumular seu cargo com outro de professor, independentemente da natureza (técnica ou não) de sua função na corporação, nos termos da nova redação da alínea 'b' do inciso XVI do art. 37 da CF;
 - 2) se o policial militar ou o bombeiro militar ocupa na sua corporação um cargo de saúde, poderá acumular outro cargo de saúde de profissão regulamentada;
 - 3) se houver a possibilidade de um policial militar ou bombeiro militar exercer na sua corporação o cargo de professor, poderá exercer, cumulativamente, outro cargo de professor.
-

Importante mencionar, ademais, que o STF entende que, nos casos autorizados constitucionalmente de acumulação de cargos, empregos e funções, a incidência do art. 37, XI, da Constituição Federal (teto constitucional) pressupõe a consideração de **cada um dos vínculos formalizados**, afastada a observância do teto remuneratório quanto ao somatório dos ganhos do agente público.

Outro ponto interessante é que a premissa básica para a acumulação de cargos e empregos públicos pressupõe a existência de compatibilidade de horários. Sobre esse ponto, entende o STF que “as hipóteses excepcionais autorizadoras de acumulação de cargos públicos previstas na Constituição Federal sujeitam-se, unicamente, a existência de compatibilidade de horários, **verificada no caso concreto, ainda que haja norma infraconstitucional que limite a jornada semanal**” (Tema 1.081 de repercussão geral).

DIRETO DO CONCURSO

016. A acumulação remunerada de cargos públicos é vedada, exceto quando houver compatibilidade de horários, caso em que será possível, por exemplo, acumular até três cargos de profissionais de saúde.



Só pode acumular dois cargos de profissionais de saúde de profissões regulamentadas.

Errado.

Segundo o **art. 37, XVIII**, a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

Vejam agora **como se criam entidades na Administração Pública indireta**. Segundo o **art. 37, XIX**, somente por **lei específica** poderá ser criada autarquia (e fundação pública de direito público) e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação (pública de direito privado), cabendo a lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

DIRETO DO CONCURSO



017. As fundações de direito público somente podem ser criadas por lei, pois essa é a regra para o surgimento de pessoas jurídicas de direito público.



É a melhor interpretação do art. 37, XIX, da CF/1988.

Certo.

Ainda, importante citar o **art. 37, XX**, segundo o qual depende de **autorização legislativa**, em cada caso, a **criação de subsidiárias** das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

Agora, obedecendo a ordem da Constituição Federal, leiamos os trechos a seguir, alguns deles já tratados por nós:

O **inciso XXI do art. 37** trata das licitações públicas, asseverando que, ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados **mediante processo de licitação pública** que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. Ou seja, como regra, a celebração de um contrato administrativo exige procedimento licitatório prévio, salvo as exceções previstas em lei.

Por fim, o **art. 37, XXII**, estabelece que as **administrações tributárias** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

Dito isso, falamos “só tudo” que importa acerca dos incisos do art. 37 para você gabaritar Direito Constitucional. Agora vamos trabalhar os seus parágrafos. Venha comigo.

Já tratamos do **§ 1º do art. 37**, ao ensinar o princípio da impessoalidade sob a ótica do administrador, na medida em que a Constituição Federal proíbe a promoção pessoal do agente público, vedando a aparição de imagens pessoais ou referências por meio de nomes, símbolos ou imagens. Diz a norma que “a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela **não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos**”.

Os incisos II e III do art. 37, como vimos, tratam do concurso público. De acordo com o **§ 2º do art. 37**, a não observância do disposto nos incisos II e III deste art. 37 implicará a **nulidade do ato e a punição da autoridade responsável**, nos termos da lei.

Segundo o **§ 3º do art. 37**, a lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: I – as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; II – o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII; III – a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública.

Já o **§ 4º do art. 37** trata das sanções que poderão ser aplicadas no caso de cometimento de improbidade administrativa. Segundo a Constituição Federal, “os atos de improbidade administrativa importarão **a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário**, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível”.

DE OLHO NA JURISPRUDÊNCIA

Segundo o STF:

- 1) É necessária a comprovação de **responsabilidade subjetiva** para a tipificação dos atos de improbidade administrativa, exigindo-se – nos artigos 9º, 10 e 11 da LIA – a presença do elemento subjetivo – **DOLO**;
- 2) A norma benéfica da Lei nº 14.230/2021 – revogação da modalidade culposa do ato de improbidade administrativa –, é **IRRETROATIVA**, em virtude do artigo 5º, inciso XXXVI, da Constituição Federal, não tendo incidência em relação à eficácia da coisa julgada; nem tampouco durante o processo de execução das penas e seus incidentes;
- 3) A nova Lei nº 14.230/2021 aplica-se aos atos de improbidade administrativa culposos praticados na vigência do texto anterior da lei, porém sem condenação transitada em julgado, em virtude da revogação expressa do texto anterior; devendo o juízo competente analisar eventual dolo por parte do agente;
- 4) O novo regime prescricional previsto na Lei nº 14.230/2021 é **IRRETROATIVO**, aplicando-se os novos marcos temporais a partir da publicação da lei.

Sobre a **imprescritibilidade das ações de ressarcimento**, o **art. 37, § 5º**, prevê que a lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que cause prejuízos ao erário, **ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento**. Ou seja, segundo a interpretação literal da norma de regência, as **ações de ressarcimento ao erário seriam imprescritíveis**.

Importante afirmar, todavia, que o RE 669.069, com repercussão geral reconhecida, fixou que é **prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil**. Por sua vez, por meio do RE 852.475, com repercussão geral reconhecida, o STF reconheceu a **imprescritibilidade** de ações de ressarcimento de danos ao erário decorrentes de **ato DOLOSO de improbidade administrativa**. Se a improbidade administrativa advier de **ato culposo**, prescreverá conforme a legislação aplicada. Já no RE 636.886, com repercussão geral reconhecida, o STF concluiu que é **prescritível** a ação de ressarcimento ao erário baseada em **decisão de Tribunal de Contas**. Por fim, no RE 656.558, foi fixada a tese de que "O dolo é necessário para a configuração de qualquer ato de improbidade administrativa (art. 37, § 4º, da Constituição Federal), de modo que é inconstitucional a modalidade culposa de ato de improbidade administrativa prevista nos arts. 5º e 10 da Lei nº 8.429/92, em sua redação originária".

EM RESUMO

- 1) As ações de reparação de danos à Fazenda Pública decorrentes de improbidade administrativa dolosa são imprescritíveis.
- 2) É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrentes de ilícito civil.
- 3) É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrentes de improbidade administrativa culposa.
- 4) É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrentes de decisão de Tribunal de Contas.

O art. 37, § 6º, trata da **responsabilidade civil objetiva do Estado** pautada na **teoria do risco administrativo**. Segundo a Constituição Federal, "as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

Muito embora esse assunto seja tratado no âmbito do Direito Administrativo, vou trazer a minha explicação sobre esse tema.

A Constituição Federal prevê a **responsabilidade civil objetiva da Administração Pública**, como regra, pautada na **teoria do risco administrativo**. Na responsabilidade civil objetiva, não se exige prova de dolo ou culpa do agente público. Basta que o particular comprove o dano sofrido e o nexo de causalidade entre a atuação do agente público (atuando como

agente) e o dano. Além disso, a Constituição prevê a possibilidade de direito de regresso em face do agente público que agiu com dolo ou culpa. Ou seja, a Administração Pública poderá cobrar o prejuízo do servidor responsável pelo dano ao particular, se houver incorrido em dolo ou culpa.

Essa responsabilidade objetiva se estende às:

- 1) Pessoas jurídicas de direito público: União, Estados, Municípios, Distrito Federal, autarquias e fundações públicas; e
- 2) Pessoas jurídicas de direito privado que prestam serviço público: concessionárias, permissionárias e autorizadas (ex.: empresas de ônibus urbano, concessionária de energia elétrica etc.).

Para aclarar ainda mais, a responsabilidade objetiva exige apenas 3 elementos:

- 1) Conduta do agente público: ação ou omissão praticada no exercício da função pública (não em interesse pessoal);
- 2) Dano: prejuízo material ou moral sofrido pela vítima;
- 3) Nexo causal: ligação entre a conduta do agente e o dano sofrido pela vítima.

Ratifica-se que a responsabilidade civil objetiva é só perante o particular prejudicado. Para a responsabilização do servidor, é necessária a comprovação de dolo ou culpa para o ingresso da ação regressiva.

Ademais, a teoria do risco administrativo não é uma regra absoluta. Há hipóteses de excludentes de responsabilidade do Estado, como culpa exclusiva da vítima, caso fortuito e força maior etc.

Vamos a alguns exemplos hipotéticos para a fixação:

- 1) Hospital público aplica um medicamento errado, causando sequelas no paciente → O Estado responde objetivamente. Poderá haver ação de regresso em face do servidor, se comprovado dolo ou culpa.
- 2) Empresa privada de energia elétrica (concessionária) falha na manutenção de fios e uma pessoa sofre acidente → A concessionária responde objetivamente.
- 3) Servidor público causa acidente de trânsito dirigindo viatura oficial fora da rota autorizada e em alta velocidade → O Estado responde ao terceiro prejudicado, mas depois poderá cobrar do servidor (direito de regresso por dolo ou culpa).

De acordo com o **§ 7º do art. 37**, lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas.

O **art. 37, § 8º**, já foi citado ao tratar do princípio da eficiência. Cuida-se do **contrato de desempenho (Lei n. 13.934, de 2019)**, com o seguinte teor: “autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante **contrato**, a ser firmado entre seus administradores e o poder

público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: I – o prazo de duração do contrato; II – os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes; III – a remuneração do pessoal”.

O **art. 37, § 10**, veda, como regra, a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do regime próprio de previdência dos servidores com a remuneração de cargo, emprego ou função pública. No entanto, permite, excepcionalmente, o acúmulo de provento de aposentadoria com outra remuneração pública nos casos de **cargos acumuláveis na ativa (previstos no art. 37, XVI), de cargos eletivos e de cargos em comissão** declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

A recentíssima **EC 103/2019** inseriu no art. 37 os parágrafos 13 a 15, segundo os quais:

1) § 13: o servidor público titular de cargo efetivo poderá ser **readaptado** para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto permanecer nesta condição, desde que possua a habilitação e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de destino, mantida a remuneração do cargo de origem;

2) § 14: a aposentadoria concedida com a utilização de tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública, inclusive do Regime Geral de Previdência Social, acarretará o rompimento do vínculo que gerou o referido tempo de contribuição;

3) § 15: é vedada a complementação de aposentadorias de servidores públicos e de pensões por morte a seus dependentes que não seja decorrente do disposto nos §§ 14 a 16 do art. 40 ou que não seja prevista em lei que extinga regime próprio de previdência social.

Por fim, a Emenda Constitucional nº 109, de 2021, acrescenta o § 16 ao art. 37, exigindo que os órgãos e entidades da administração pública, individual ou conjuntamente, devam realizar **avaliação das políticas públicas**, inclusive com divulgação do objeto a ser avaliado e dos resultados alcançados, na forma da lei.

Agora, muito cuidado com o **art. 38**, que cuida das **condições para o servidor público ocupar mandato eletivo**.

Devemos observar se o mandato eletivo é federal, estadual/distrital ou municipal. Se for **federal, estadual ou distrital**, o servidor público sempre se afasta do cargo efetivo para o exercício exclusivo do mandato eletivo, recebendo a remuneração do seu mandato. Se o mandato eletivo for **municipal**, devemos observar se é de Prefeito/Vice-Prefeito ou Vereador. Se for de **Prefeito/Vice-Prefeito**, o servidor sempre se afasta do cargo efetivo e poderá optar por qualquer das suas remunerações. No caso do mandato de **Vereador**, devemos observar se há ou não compatibilidade de horários. Havendo compatibilidade de horários, exerce os dois e recebe pelos dois. Não havendo compatibilidade de horários, deverá se afastar do cargo efetivo e poderá optar por qualquer das remunerações.

Nos casos em que a Constituição Federal exige o afastamento do cargo efetivo para o exercício do mandato eletivo, o tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento. Isto é, por antiguidade poderá ser promovido, mesmo afastado do cargo efetivo.

Sobre o art. 38, inciso V, recentemente alterado pela EC 103/2019, se um servidor é eleito para um mandato eletivo que exija o afastamento (que é a maioria dos casos), e é segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem. Compreendeu?

Para facilitar nosso estudo, vejamos o quadro a seguir.

Mandato eletivo federal, estadual ou distrital	será afastado de seu cargo e receberá a remuneração do mandato eletivo.
Prefeito/Vice-Prefeito	será afastado de seu cargo e poderá optar pela sua remuneração do cargo efetivo.
Vereador	havendo compatibilidade de horários, acumula
	não havendo compatibilidade de horários, aplica-se a regra do Prefeito.
Tempo de serviço – contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.	
Na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, permanecerá filiado a esse regime, no ente federativo de origem.	

Querido(a) aluno(a), estudamos com profundidade as disposições gerais da Administração Pública na Constituição Federal. Em algumas poucas passagens, simplesmente transcrevemos a Constituição Federal, porque, nestas partes, uma leitura simples é suficiente. Vamos estudar agora os temas mais recorrentes acerca dos servidores públicos. Venha comigo!!!

4. SERVIDORES PÚBLICOS

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.135, **declarou a constitucionalidade** do trecho da Reforma Administrativa, implementada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, que **suprimiu a obrigatoriedade de regimes jurídicos únicos (RJU) e planos de carreira** para servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas federais, estaduais e municipais.

O texto original do “caput” do artigo 39 da Constituição Federal de 1988 previa que cada ente federativo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) deveria instituir, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para seus servidores públicos, unificando a forma de contratação (apenas no regime estatutário), e os padrões

de remuneração (planos de carreira). Eis a redação original: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas”.

Ocorre que a EC nº 19, de 1998, alterou este dispositivo **para extinguir a obrigatoriedade do RJU**, possibilitando a contratação de servidores públicos pelo regime da CLT.

Por maioria de votos, o STF entendeu que não houve violação ao processo legislativo da referida Emenda Constitucional. Segundo o Supremo, o texto foi aprovado em dois turnos por 3/5 dos votos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, conforme exige a Constituição Federal.

A nova redação do “caput” do art. 39, da CF/1988, será “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes”. Ou seja, a nova redação (que deverá ser memorizada por vocês daqui por diante) **não prevê mais a obrigatoriedade de adoção de um regime jurídico único estatutário, permitindo a contratação de novos “servidores públicos” pelo regime contratual trabalhista (celetista).**

Importante destacar que essa decisão só valerá para futuras contratações, sem a possibilidade de mudança de regime dos atuais servidores.

Com relação à fixação dos **padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório**, o **art. 39, § 1º**, determina que observará: I – a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; II – os requisitos para a investidura; III – as peculiaridades dos cargos.

Quando tratamos do princípio da eficiência, falamos das escolas de governo. De acordo com o **§ 2º do art. 39**, A União, os Estados e o Distrito Federal manterão **escolas de governo** para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

DE OLHO NO DETALHE

A Constituição Federal só determina que a União, os Estados e o Distrito Federal mantenham escolas de governo. Ou seja, não traz essa determinação para os Municípios.

À luz do **§ 3º do art. 39**, **aplica-se aos servidores** ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. Os direitos sociais citados são: **IV** (salário mínimo); **VII** (salário mínimo para quem recebe renda variável); **VIII** (décimo terceiro salário); **IX** (remuneração do trabalho noturno superior à do diurno); **XII** (salário-família); **XIII** (jornada de trabalho normal); **XV** (repouso semanal remunerado); **XVI**

(remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal); **XVII** (férias); **XVIII** (licença à gestante); **XIX** (licença-paternidade); **XX** (proteção do mercado de trabalho da mulher); **XXII** (redução dos riscos inerentes ao trabalho); e **XXX** (proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil).

DE OLHO NA JURISPRUDÊNCIA

O STF decidiu que é **proibido** o pagamento de remuneração em valor inferior ao salário mínimo a servidor público, mesmo em caso de jornada reduzida de trabalho.

A Constituição Federal, no **art. 39, § 4º**, determina que o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados **exclusivamente por subsídio** fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. Ademais, a remuneração dos servidores públicos **organizados em carreira** poderá ser fixada também na forma de subsídio (**art. 39, § 8º**).

E, ainda:

1) Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos (**art. 39, § 5º**).

2) Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos (**art. 39, § 6º**).

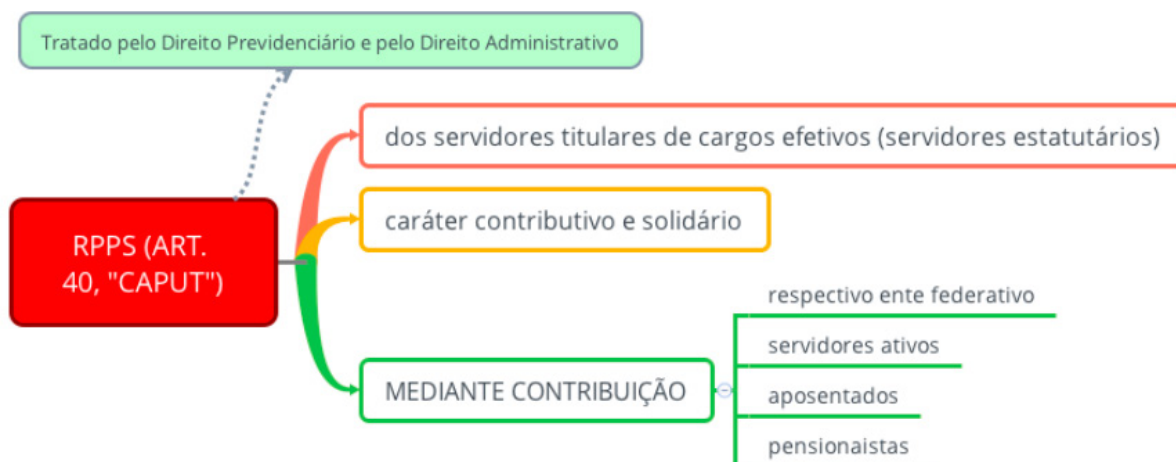
3) Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade (**art. 39, § 7º**).

4) É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo (**art. 39, § 9º**).

Após conhecermos o art. 39, vejamos o art. 40. O tema ora em apreço é estudado em profundidade pelo Direito Previdenciário e pelo Direito Administrativo. De todo modo, vejamos os aspectos mais importantes.

Em obediência ao **caput do art. 40**, o regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial. Ou seja, os servidores

estatutários enquadram-se no chamado **Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)** e não no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) aplicado aos celetistas.



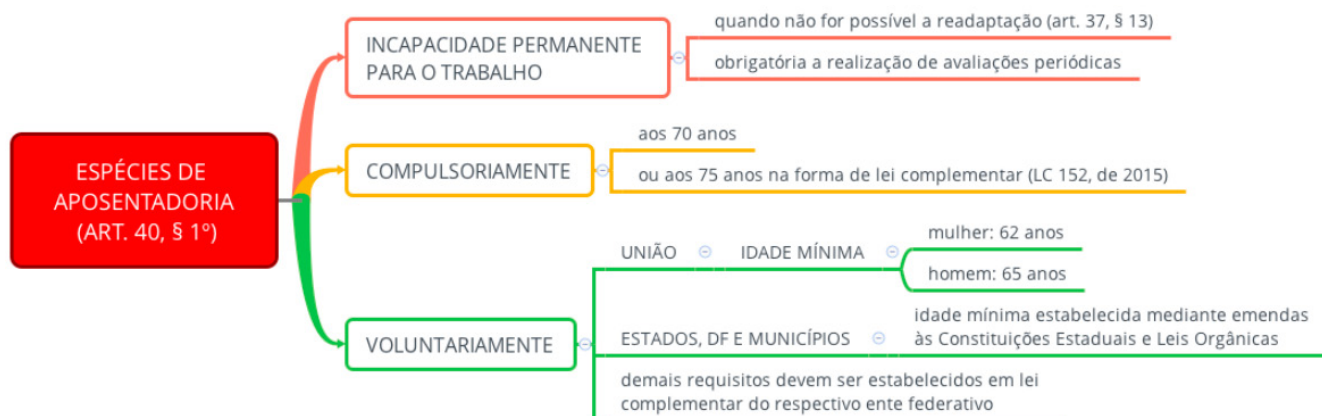
Esses servidores abrangidos pelo RPPS poderão ser aposentados:

I – por incapacidade permanente para o trabalho, no cargo em que estiver investido, quando insuscetível de readaptação, hipótese em que será obrigatória a realização de avaliações periódicas para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão da aposentadoria, na forma de lei do respectivo ente federativo;

II – compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar;

III – no âmbito da União, aos 62 (sessenta e dois) anos de idade, se mulher, e aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na idade mínima estabelecida mediante emenda às respectivas Constituições e Leis Orgânicas, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

Após o advento da LC 152, de 2015, é possível afirmar que a aposentadoria compulsória se dará, como regra geral, aos **75 anos** de idade.



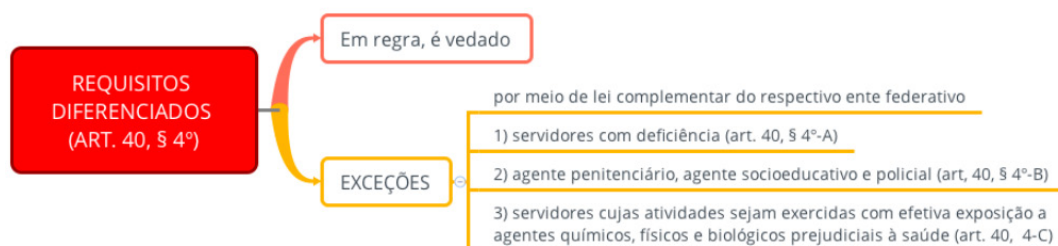
Os requisitos para aposentadoria acima explanados são, como regra, os mesmos para todos aqueles regidos pelo regime próprio de previdência social, haja vista que, à luz do art. 40, § 4º, é vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de benefícios em regime próprio de previdência social.

No entanto, excepcionalmente:

1) Poderão ser estabelecidos por **lei complementar** do **respectivo ente federativo** idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de **servidores com deficiência**, previamente submetidos a avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar (**art. 40, § 4º-A**);

2) Poderão ser estabelecidos **por lei complementar** do **respectivo ente federativo** idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de ocupantes do cargo de **agente penitenciário, de agente socioeducativo ou de policial** (**art. 40, § 4º-B**);

3) Poderão ser estabelecidos por **lei complementar** do **respectivo ente federativo** idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de **servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes**, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação (**art. 40, § 4º-C**).

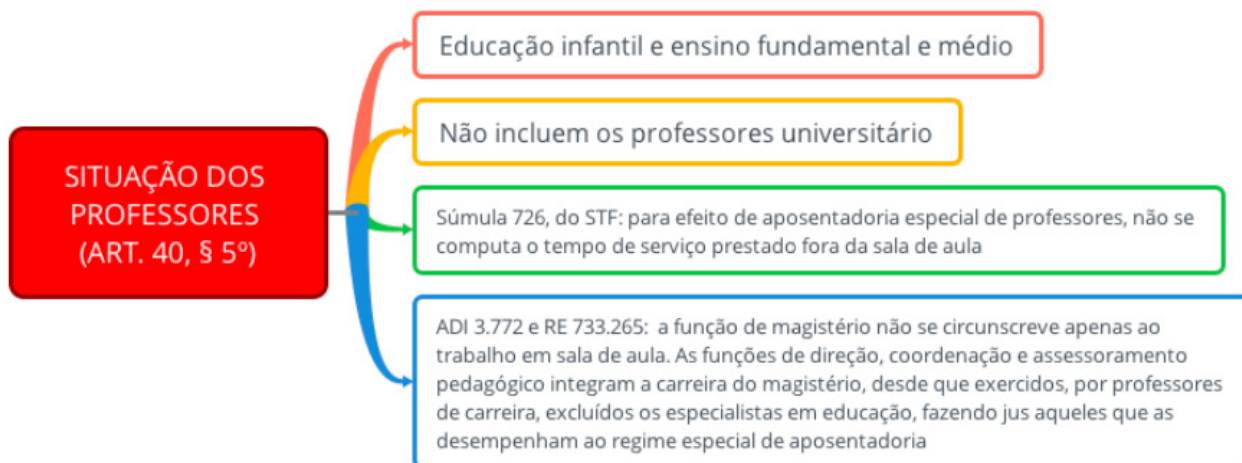


Ademais, os ocupantes do cargo de **professor** terão **idade mínima reduzida em 5 anos** em relação às idades decorrentes da aplicação do disposto no inciso III do § 1º, desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar do respectivo ente federativo (**art. 40, § 5º**). Note que **não se incluem** neste dispositivo os professores **universitários**.

Nesse passo, determina a Súmula n. 726 do STF que “para efeito de aposentadoria especial de professores, **não se computa** o tempo de serviço prestado fora da sala de aula”.

Entretanto, muito cuidado com o teor da Súmula n. 726, já que o próprio STF fixou o entendimento de que a função de magistério **não se circunscreve** apenas ao trabalho em sala de aula, abrangendo também a preparação de aulas, a correção de provas, o atendimento aos pais e alunos, a coordenação e o assessoramento pedagógicos e, ainda, a direção de unidade escolar. As funções de direção, coordenação e assessoramento pedagógico integram a carreira do magistério, desde que exercidos em estabelecimentos de ensino básico, por **professores de**

carreira, excluídos os especialistas em educação, **fazendo jus aqueles que as desempenham ao regime especial de aposentadoria estabelecido nos arts. 40, § 5º** (ADI 3.772 e RE 733.265).



DIRETO DO CONCURSO

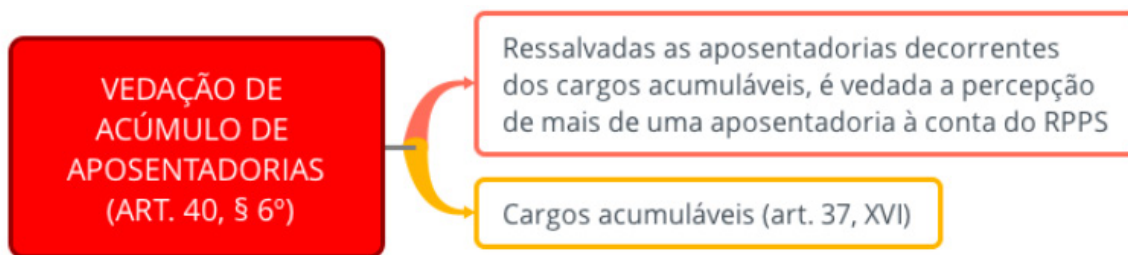
018. Os requisitos de idade e de tempo de contribuição para fins de aposentadoria serão reduzidos em cinco anos no caso de professor da rede pública de ensino que tenha exercido, ainda que parcialmente, a função de magistério.



Para a redução de 5 anos na idade e no tempo de contribuição, o professor deve comprovar que possui **exclusivamente** tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil ou no ensino fundamental e médio.

Errado.

Importante lembrar, conforme já ensinamos, que não é possível a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do regime próprio de previdência dos servidores públicos com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os **cargos acumuláveis** na forma da Constituição Federal, os **cargos eletivos** e os **cargos em comissão** declarados em lei de livre nomeação e exoneração. Nesse sentido o **art. 40, § 6º**, assevera que, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal (previstos no art. 37, XVI), é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social.



DIRETO DO CONCURSO

019. De acordo com a CF, é possível a percepção simultânea de proventos de aposentadoria — decorrentes do regime estatutário ou do regime geral de previdência — com as remunerações de cargo em comissão ou de cargos que sejam acumuláveis para o servidor em atividade.



De acordo com o art. 37, § 10, da CF/1988.

Certo.

020. É possível perceber de forma simultânea proventos de aposentadoria e remuneração de cargo eletivo.



Conforme o art. 37, § 10, da CF/1988.

Certo.

021. É permitida a percepção simultânea de proventos de aposentadoria e de remuneração de cargo em comissão.



É o que prevê o citado art. 37, § 10, da CF/1988.

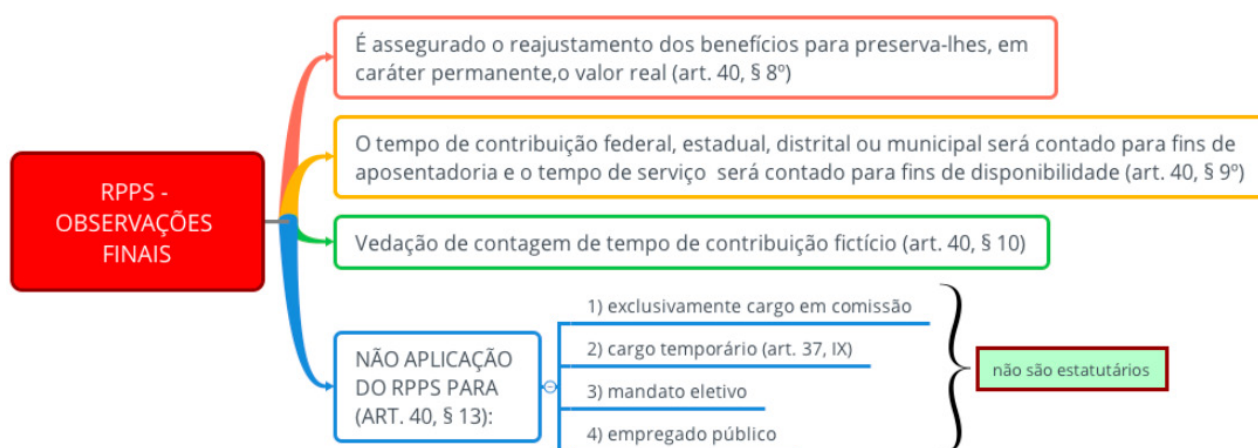
Certo.

Destaque-se que a Constituição Federal prevê que:

- 1) é assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei (**art. 40, § 8º**);
- 2) o tempo de contribuição federal, estadual, distrital ou municipal será contado para fins de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente será contado para fins de disponibilidade (**art. 40, § 9º**);

3) a lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício (**art. 40, § 10**).

Estamos tratando do **regime próprio de previdência social aplicável aos servidores públicos estatutários** e não aos empregados públicos celetistas. Nessa toada, o **art. 40, § 13**, estabelece que se aplica ao agente público ocupante, **exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário (art. 37, IX), inclusive mandato eletivo, ou de emprego público**, o Regime Geral de Previdência Social, justamente por não serem servidores públicos efetivos enquadrados no regime estatutário.



DIREITO DO CONCURSO

022. Aos servidores detentores de emprego público, aos temporários e aos que ocupem exclusivamente cargo em comissão aplica-se o regime geral de previdência social, e não, o chamado regime previdenciário especial.



É o que prevê o citado art. 40, § 13, da CF/1988.

Certo.

Vimos os aspectos mais importantes acerca do Regime Próprio de Previdência Social presentes no art. 40. Vejamos agora como a Constituição Federal regulamenta a **estabilidade no serviço público, a possibilidade de perda do cargo de servidor estável, a possibilidade de reintegração e o regime de disponibilidade**. Vamos lá!!!

O **art. 41, caput**, estabelece que são **estáveis**, após **três** anos de efetivo exercício, os servidores **nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público**. Porém, essa estabilidade só é atingida **após a avaliação especial de desempenho** por comissão instituída para essa finalidade, conforme prevê o **§ 4º desse mesmo art. 41**.

DIREITO DO CONCURSO

023. Divulgado o resultado final de um concurso público para o preenchimento de vagas em cargo público de natureza civil, da administração direta federal, os aprovados foram nomeados. Considerando essa situação hipotética e a legislação pertinente, julgue os itens a seguir. Com a posse, os aprovados serão investidos no cargo público, mas irão adquirir estabilidade somente após três anos de efetivo exercício.

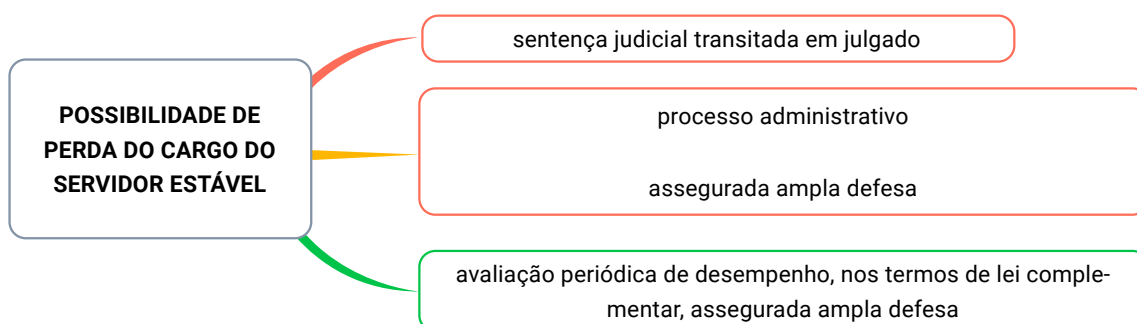


De acordo com o art. 41, “caput”, da CF/1988.

Certo.

Interessante que, mesmo após adquirir **estabilidade**, **o servidor público poderá perder** o cargo, nas hipóteses do **art. 41, § 1º**. Assim, o servidor público estável só perderá o cargo:

- I** – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- II** – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- III** – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.



DIRETO DO CONCURSO

024. Servidor público estável poderá perder o cargo mediante processo administrativo disciplinar, no qual lhe devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa.



É o que preveem o art. 5º, LV, e o art. 41, § 1º, II, da CF/1988.

Certo.

Vale a pena mencionar também que o art. 169, § 4º, prevê que se a União, os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios **excederem os limites de gastos com pessoal ativo e inativo** estabelecido na Lei Complementar n. 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), **poderá também haver a perda do cargo do servidor estável**.

De acordo com o **art. 41, § 2º**, invalidada por sentença **judicial** a demissão do servidor **estável**, será ele **reintegrado**, e o eventual ocupante da vaga, se **estável**, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Por fim, o **art. 41, § 3º**, reza que, extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em **disponibilidade**, com **remuneração proporcional ao tempo de serviço**, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

DIRETO DO CONCURSO

025. O servidor público estável cujo cargo for extinto, por meio de lei, perderá sua função pública, mas deverá ser indenizado na proporção dos anos trabalhados.



Na verdade, não se fala em indenização, mas em remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Errado.

5. MILITARES DOS ESTADOS, DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

De acordo com o **art. 42**, os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são **militares** dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. E ainda:

1) as patentes dos oficiais das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros Militares serão conferidas pelos respectivos governadores.

2) segundo a EC nº 101, de 2019, aplica-se aos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios o disposto no art. 37, inciso XVI, com prevalência da atividade militar. Ou seja, as hipóteses constitucionais de acumulação de cargos públicos já estudadas aplicam-se, no que couber, aos Policiais Militares e aos Bombeiros Militares, mas sempre haverá a prevalência da atividade militar.

6. REGIÕES

De acordo com o **art. 43**, para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais, cabendo à **lei complementar** dispor sobre: I – as condições para integração de regiões em desenvolvimento; II – a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

Conforme o **§ 2º, do art. 43**, os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei:

I – igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público;

II – juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;

III – isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

IV – prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas. Nessas áreas, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

No que tange ao aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação (art. 43, § 3º).

Ademais, conforme estabelecido pela EC nº 132, de 2023, sempre que possível, a concessão dos incentivos regionais, citados no inciso III do parágrafo segundo deste artigo 43, considerará critérios de sustentabilidade ambiental e redução das emissões de carbono (art. 43, § 4º).

7. SÚMULAS E JURISPRUDÊNCIA APLICÁVEIS

1) Súmula Vinculante 13: A nomeação de cônjuge, companheiro, ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta, em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a CF.

2) Súmula 473, do STF: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

3) Súmula 346, do STF: A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

4) RE 589.998 (motivação da dispensa em empresas estatais prestadoras de serviço público): um empregado da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) foi dispensado sem motivação. Questionou-se se a ECT poderia demitir imotivadamente, já que seus empregados não têm estabilidade do art. 41 da CF. O STF decidiu que a dispensa deve ser motivada, ainda que os empregados não tenham estabilidade do art. 41 da CF. Segundo a Corte, a dispensa de empregados de empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos deve ser motivada, como forma de respeito aos princípios da impessoalidade e isonomia. Empregados públicos não têm estabilidade, entretanto, não podem ser demitidos arbitrariamente, pois foram admitidos por concurso público, procedimento regido por impessoalidade e isonomia. Esses mesmos princípios devem ser observados no momento da dispensa. A motivação previne perseguições políticas, favorecimentos pessoais ou demissões arbitrárias.

[RE 589.998, rel. min. Ricardo Lewandowski, j. 20-3-2013, P, DJE de 12-9-2013, Tema 131.] Vide RE 589.998 ED, rel. min. Roberto Barroso, j. 10-10-2018, P, DJE de 5-12-2018, Tema 131

5) Súmula Vinculante 44: Só por lei se pode sujeitar a exame psicotécnico a habilitação de candidato a cargo público.

6) Súmula 683, do STF: O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

7) Súmula 14, do STF: Não é admissível, por ato administrativo, restringir, em razão da idade, inscrição em concurso para cargo público.

8) Súmula Vinculante 43: É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

9) Súmula 684, do STF: É inconstitucional o veto não motivado à participação de candidato a concurso público.

10) Súmula 17, do STF: A nomeação de funcionário sem concurso pode ser desfeita antes da posse.

11) RE 898.450 (tatuagem e concurso público): editais de concursos estavam exigindo que candidatos não tivessem tatuagens ou, ainda, restringindo tamanho, localização ou conteúdo sem base legal. Um candidato impedido de tomar posse levou a questão ao STF. O Supremo fixou que editais não podem criar requisitos sem previsão legal. E tatuagens só podem ser proibidas quando o conteúdo violar valores constitucionais (ex.: apologia ao racismo, tortura, nazismo, crime etc.). O edital não pode inovar na ordem jurídica — não pode criar requisitos. A Administração Pública deve justificar restrições com base em lei formal + razoabilidade.

[RE 898.450, rel. min. Luiz Fux, j. 17-8-2016, P, DJE de 31-5-2017, Tema 838.]

12) Súmula 16, do STF: Funcionário nomeado por concurso tem direito à posse.

13) Súmula 15, do STF: Dentro do prazo de validade do concurso, o candidato aprovado tem direito à nomeação, quando o cargo for preenchido sem observância da classificação.

14) ADI 3.434 (aproveitamento de prestadores de serviço sem concurso): lei do Estado do Piauí criou regra permitindo que prestadores de serviço com 10 anos ou mais de trabalho contínuo fossem aproveitados em cargos da Administração Pública estadual sem concurso público. Na prática, a lei promovia uma “efetivação” automática. O STF declarou que a norma afronta diretamente o art. 37, II, da Constituição Federal, que

exige concurso público para investidura em cargo ou emprego público. A Constituição exige concurso como regra absoluta para ingresso no serviço público. A norma estadual viola a impessoalidade, porque favorece grupo específico de trabalhadores contratados precariamente.

[ADI 3.434, rel. min. Roberto Barroso, j. 23-8-2019, P, DJE de 6-9-2019.]

15) ADI 5.044 (altura mínima para bombeiros-militares): Lei Federal que organiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares, estabeleceu altura mínima para ingresso: • 1,60m para homens; • 1,55m para mulheres. A lei também estendia esses requisitos a todos os cargos, inclusive médicos e capelães, que não desempenham funções operacionais típicas de combate a incêndio ou resgate. Questão jurídica: é constitucional exigir altura mínima para todos os cargos da carreira de bombeiro-militar, inclusive médicos e capelães? O STF reconheceu que:

É constitucional exigir altura mínima para as funções operacionais de bombeiro-militar;
É inconstitucional exigir altura mínima para médicos e capelães, pois a exigência não guarda pertinência com as atividades desempenhadas.

Segundo a Corte, critérios de capacidade física para ingresso em cargos públicos devem ser idôneos, proporcionais e relacionados às atividades do cargo. É inconstitucional exigir estatura mínima para funções que não envolvem atividade operacional (como médicos e capelães). Requisitos físicos devem ter nexo lógico com as atribuições do cargo. Altura mínima é razoável e historicamente compatível com funções operacionais militares. Exigir altura mínima para médicos e capelães constitui discriminação desproporcional e sem fundamento técnico. Critérios idôneos de seleção devem visar eficiência, não criar barreiras arbitrárias.

[ADI 5.044, rel. min. Alexandre de Moraes, j. 11-10-2018, P, DJE de 27-6-2019.]

16) RE 560.900 (candidato respondendo a inquérito ou ação penal em concurso público): editais de concurso público, sem base legal específica, passaram a incluir cláusulas que impediam a participação de candidatos apenas por responderem a inquérito ou ação penal, mesmo sem condenação. O caso discutiu se tal restrição era compatível com a Constituição, sobretudo com a presunção de inocência. O STF proibiu essa restrição. O Tribunal decidiu que apenas lei formal pode estabelecer requisitos para acesso a cargos públicos — e cláusulas editalícias não podem inovar para excluir candidatos. A presunção de inocência impede que meras investigações restrinjam direitos. A Administração Pública só pode exigir requisitos previstos em lei, não por edital. Permitir que o edital restrinja candidatos por inquéritos seria abrir espaço para

perseguições políticas ou arbitrariedades. Responder a inquérito não é indicativo de culpa, e muitas vezes ocorre por simples notícia-crime.

[RE 560.900, rel. min. Roberto Barroso, j. 5 e 6-2-2020, P, Informativo 965, RG, Tema 22.]

17) RE 655.265 (nomeação tardia por decisão judicial e efeitos retroativos): candidato aprovado em concurso público teve sua nomeação tardia, realizada somente após decisão judicial que reconheceu seu direito à nomeação. Ele pleiteou que o tempo entre a data em que deveria ter sido nomeado e a data efetiva da nomeação fosse contado como tempo de serviço, com reflexos funcionais, remuneratórios e previdenciários. O STF decidiu que não existem efeitos retroativos. A investidura no cargo só ocorre com a nomeação, posse e exercício, não havendo direito a contagem retroativa. Reconhecer efeitos retroativos geraria enriquecimento ilícito e violaria a natureza remuneratória da contraprestação.

[RE 655.265-AgR, rel. min. Luiz Fux, j. 5-4-2019, P, DJE de 2-5-2019.]

18) RE 1.041.210 (criação de cargos em comissão e requisitos constitucionais): Municípios e Estados frequentemente criam cargos em comissão para funções que não exigem confiança, como atividades meramente técnicas, administrativas ou operacionais. O STF reafirmou sua jurisprudência e fixou tese de repercussão geral, estabelecendo requisitos rígidos e taxativos para criação de cargos em comissão. Concluiu que não é constitucional criar cargos em comissão para atividades que não envolvam direção, chefia ou assessoramento. Segundo a Corte:

- a) cargos em comissão somente podem ser criados para funções de direção, chefia e assessoramento;
 - b) devem pressupor relação de confiança entre nomeante e nomeado;
 - c) o número de cargos deve ser proporcional às necessidades e ao quantitativo de servidores efetivos;
 - d) as atribuições devem estar claras, objetivas e previstas na própria lei que os institui.
- O regime de livre nomeação e exoneração é excepcional e somente se justifica em funções que exigem confiança pessoal. Usar cargos em comissão para funções técnicas ou burocráticas burla o concurso público. A Constituição protege o modelo meritocrático e o ingresso por concurso como regra.

[RE 1.041.210 RG, rel. min. Dias Toffoli, j. 27-9-2018, P, DJE de 22-5-2019, Tema 1.010.]

19) ARE 654.432 (direito de greve dos servidores da segurança pública): diversos Estados vinham enfrentando movimentos grevistas de policiais civis, agentes penitenciários e outras categorias que atuam diretamente na segurança pública. O

STF fixou tese de repercussão geral afirmando que é vedado o direito de greve aos policiais civis e a todos os servidores que atuem diretamente na segurança pública. A segurança pública é atividade essencialíssima, sem a qual não há ordem pública, paz social ou proteção à vida. A paralisação da atividade policial coloca em risco imediato toda a sociedade. O constituinte não autorizou greve para militares, e servidores da segurança pública desempenham funções similares em risco e essencialidade.

[ARE 654.432, rel. p/ o ac. min. Alexandre de Moraes, j. 5-4-2017, P, DJE de 11-6-2018, Tema 541.]

20) Súmula Vinculante 37: Não cabe ao poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

21) Súmula 682, do STF: Não ofende a Constituição a correção monetária no pagamento com atraso dos vencimentos de servidores públicos.

22) Súmula 679, do STF: A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.

23) RE 663.696 (teto constitucional dos Procuradores Municipais): O Supremo fixou entendimento de que os Procuradores Municipais integram a expressão 'Procuradores' do art. 37, XI, CF. Assim, submetem-se ao teto remuneratório previsto para membros das funções essenciais à Justiça. Segundo o STF, a expressão 'Procuradores', constante do art. 37, XI, da Constituição, inclui os Procuradores Municipais, que estão submetidos ao subteto de 90,25% do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do STF. Procuradores Municipais exercem função essencial à Justiça, assim como AGU e Procuradorias dos Estados.

[RE 663.696, rel. min. Luiz Fux, j. 28 -2-2019, P, DJE de 22-8-2019, Tema 510.]

24) Súmula Vinculante 42: É inconstitucional a vinculação do reajuste de vencimentos de servidores estaduais ou municipais a índices federais de correção monetária.

25) MS 27.955 (titulares de cartórios x acumulação de cargos – art. 37, XVII, CF): titulares de serventias extrajudiciais (notários e registradores) não ocupam cargo público, pois exercem delegação constitucional (art. 236, CF/88). Apesar disso, houve situação em que um delegatário buscava acumular sua função com outro cargo ou função pública, defendendo que a vedação do art. 37, XVII, não se aplicaria por não ser ele servidor. O STF decidiu que os delegatários de cartórios, embora não sejam servidores

públicos, exercem “função pública” e estão submetidos à vedação de acumulação prevista no art. 37, XVII, CF. A atividade notarial/registral é função pública delegada, exercida por particulares, mas sempre com natureza pública. O art. 37, XVII, não se aplica apenas a “cargos”, mas também a funções públicas, abrangendo delegatários. A vedação de acumulação visa evitar conflitos de interesse, garantir dedicação plena e impedir privilégios incompatíveis com a moralidade administrativa.

[MS 27.955 AgR, rel. min. Roberto Barroso, j. 17-8-2018, 1ª T, DJE de 5-9-2018.]

26) ADI 5.624 (privatização de estatais e necessidade de autorização legislativa): A discussão envolveu a venda do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista, especialmente de grandes estatais federais e estaduais. O ponto central: privatizar a controladora exige lei específica? E privatizar subsidiárias também exige? O STF diferenciou controladoras e subsidiárias:

1. Empresa-matriz (controladora):

Exige autorização legislativa específica;

Exige licitação pública para alienação do controle.

2. Subsidiárias e controladas:

Não precisam de autorização legislativa;

Não precisam de licitação formal (Lei 8.666), desde que:

- haja processo competitivo;
- observados os princípios do art. 37, caput, CF (isonomia, moralidade, eficiência, publicidade).

Segundo a Corte, a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação. A alienação do controle de suas subsidiárias e controladas dispensa lei e licitação, desde que observado processo competitivo e os princípios do art. 37 da CF.

[ADI 5.624 MC REF, rel. min. Ricardo Lewandowski, j. 6-6-2019, P, DJE de 29-11-2019.]

27) Súmula Vinculante 4: Salvo nos casos previstos na Constituição, o salário mínimo não pode ser usado como indexador de base de cálculo de vantagem de servidor público ou de empregado, nem ser substituído por decisão judicial.

28) Súmula 679, do STF: A fixação de vencimentos dos servidores públicos não pode ser objeto de convenção coletiva.

29) Súmula Vinculante 16: Os arts. 7º, IV, e 39, § 3º (redação da EC 19/1998), a Constituição referem-se ao total da remuneração percebida pelo servidor público.

30) Súmula Vinculante 15: O cálculo de gratificações e outras vantagens do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo.

31) Súmula 683, do STF: O limite de idade para a inscrição em concurso público só se legitima em face do art. 7º, XXX, da Constituição, quando possa ser justificado pela natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

32) Súmula 21, do STF: Funcionário em estágio probatório não pode ser exonerado nem demitido sem inquérito ou sem as formalidades legais de apuração de sua capacidade.

33) Súmula 20, do STF: É necessário processo administrativo com ampla defesa, para demissão de funcionário admitido por concurso.

34) Súmula 19, do STF: É inadmissível segunda punição de servidor público, baseada no mesmo processo em que se fundou a primeira.

É isso!!!

Espero que tenha gostado das nossas explicações.

Demos uma visão geral acerca do perfil constitucional da Administração Pública.

As normas constitucionais transcritas no decorrer da nossa aula merecem uma leitura atenta. Qualquer dúvida, estarei disponível no nosso **fórum de dúvidas** do Gran Cursos Online. Gostaria também de receber sua **avaliação** sobre nossa aula. Isso é muito importante para nós.

Fique com Deus, fortíssimo abraço e bons estudos!

RESUMO

1. Princípios da Administração Pública (Art. 37, CF/88)

Princípio	Descrição	Exemplo
Legalidade	O administrador só pode agir conforme a lei.	Concurso público exige requisitos previstos em lei.
Impessoalidade	Proibição de favorecimento ou perseguição.	Vedação ao nepotismo (SV 13 do STF). Vedação de símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal nas publicidades oficiais (Art. 37, §1º)
Moralidade	Exige ética e probidade na administração.	Improbidade pode levar a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível (Art. 37, §4º, CF).
Publicidade	Transparência dos atos administrativos.	Publicação no diário oficial.
Eficiência	Administração deve buscar o melhor resultado.	Gestão por metas (Art. 37, §8º, CF).

2. Regime Jurídico dos Servidores Públicos

Categoria	Natureza	Regime
Cargo Público	Ocupado por servidor estatutário.	Não há mais obrigatoriedade de jurídico único.
Emprego Público	Regido pela CLT.	Empresas públicas e sociedades de economia mista.
Função Pública	Exercida sem vínculo permanente.	Cargos comissionados e contratações temporárias.

3. Investidura em Cargo Público

Etapa	Descrição
Concurso Público	Obrigatório para cargos efetivos e empregos públicos (Art. 37, II, CF), com prazo de validade de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período (Art. 37, III). Possibilidade de novo concurso dentro do prazo improrrogável (Art. 37, IV).
Nomeação	Ato de provimento pelo qual o candidato aprovado assume o cargo.
Posse	Assinatura do termo de posse.
Exercício	Início do desempenho das funções.
Estágio Probatório	Duração de 3 anos, com avaliação de desempenho.
Estabilidade	Adquirida após 3 anos de exercício e avaliação especial de desempenho.

4. Cargos em Comissão e Funções de Confiança

Tipo	Nomeação	Exercício	Finalidade
Cargo em Comissão	Livre nomeação e exoneração.	Pode ser ocupado por qualquer pessoa, dentro da lei.	Apenas funções de direção, chefia e assessoramento.
Função de Confiança	Exclusiva para servidores efetivos.	Apenas ocupantes de cargos efetivos.	Apenas funções de direção, chefia e assessoramento.

5. Acumulação de Cargos Públicos (Art. 37, XVI, CF)

Situação	Condição
Dois cargos de professor	Compatibilidade de horários.
Um cargo de professor + outro de qualquer natureza	Compatibilidade de horários.
Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde	Profissão regulamentada e compatibilidade de horários.
Militares estaduais	Aplicam-se as mesmas regras acima, com prevalência da atividade militar.

CUIDADO: a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações e estatais.

6. Concurso Público

Requisito	Descrição
Obrigatoriedade	Necessário para cargos efetivos e empregos públicos.
Modalidade	Provas ou provas e títulos.
Prazo de validade	Máximo de 2 anos, prorrogável uma vez por igual período.
Direito à nomeação	Aprovados dentro do número de vagas têm direito à nomeação.

7. Remuneração dos Servidores Públicos

Forma	Descrição
Vencimento	Remuneração básica fixada em lei.
Subsídio	Pagamento em parcela única para algumas carreiras.
Adicionais	Tempo de serviço, periculosidade, insalubridade etc.
Proibição de Equiparação	Vedada a vinculação de remuneração entre cargos (Art. 37, XIII, CF).

- **OBRIGATORIAMENTE POR SUBSÍDIO:** membro de Poder, detentor de mandato eletivo, Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais (Art. 39, § 4º)
- **FACULTATIVAMENTE POR SUBSÍDIO:** servidores públicos organizados em carreira (Art. 39, § 8º)

8. Teto Constitucional de Remuneração

Âmbito	Teto
União	Ministros do STF.
Estados e DF	Governador (Executivo); Deputados Estaduais/Distritais (Legislativo); Desembargadores do TJ (Judiciário – 90,25% do STF).
Municípios	Prefeito.
Estatais Dependentes	Sujeitas ao teto constitucional (Art. 37, §9º, CF).

9. Licitações e Contratos (Art. 37, XXI, CF)

Regra	Descrição
Obrigatoriedade	Contratações públicas devem ser precedidas de licitação.
Exceções	Dispensa e inexigibilidade previstas em lei.

10. Responsabilidade Civil do Estado (Art. 37, §6º, CF)

Teoria	Descrição
Objetiva	O Estado responde por danos causados por seus agentes, independentemente de culpa.
Direito de Regresso	O Estado pode acionar o agente responsável se houver dolo ou culpa.

11. Servidor Público Eleito (Art. 38, CF/88)

Cargo Eletivo	Regra Aplicável
Mandato Federal, Estadual ou Distrital	Afastamento do cargo efetivo, sem remuneração do cargo de origem.
Prefeito	Afastamento do cargo efetivo, podendo optar pela remuneração do cargo de origem.
Vereador	Se houver compatibilidade de horários, acumula os cargos; se não, aplica-se a regra do Prefeito.

CUIDADO:

- a) O tempo de afastamento para mandato eletivo conta para todos os fins legais, exceto para promoção por MERECIMENTO.
- b) Se o segurado for do regime próprio, continuará vinculado a ele no ente federativo de origem.

12. Previdência dos Servidores (Art. 40, CF)

Regime	Abrangência
RPPS	Servidores estatutários.
RGPS (INSS)	Empregados públicos (celetistas), comissionados e temporários.
Aposentadoria Compulsória	Aos 75 anos (LC 152/2015).

13. Perda do Cargo do Servidor Estável:

- I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;
- III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

OBSERVAÇÕES FINAIS:

- a) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível (Art. 37, § 4º).
- b) Somente são imprescritíveis as ações de reparação de danos à Fazenda Pública decorrentes de improbidade administrativa DOLOSA.
- c) O servidor público poderá ser READAPTADO para outro cargo compatível com sua limitação física ou mental, desde que tenha a habilitação e escolaridade exigidas, mantendo a remuneração do cargo de ORIGEM. (Art. 37, § 13).
- d) Não se fala mais em regime jurídico único.
- e) Vantagens temporárias ou ligadas a função de confiança ou cargo em comissão não podem ser incorporadas à remuneração do cargo efetivo (Art. 39, § 9º).
- f) Se a demissão do servidor estável for anulada judicialmente, ele será REINTEGRADO, e o ocupante da vaga, se também for estável, será reconduzido (sem indenização), aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional (Art. 41, § 2º).
- g) Se o cargo for extinto ou declarado desnecessário, o servidor estável ficará em disponibilidade com remuneração proporcional até ser aproveitado em outro cargo (Art. 41, § 4º).

QUESTÕES DE CONCURSO

001. (2024/CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL/ADVOGADO) É vedada a instituição de bônus de eficiência e produtividade por lei para servidores públicos que recebem sua remuneração sob a sistemática de vencimentos, porquanto, nesse caso, é vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

002. (2024/PREFEITURA DE CARAGUATATUBA – SP/PROCURADOR) Interessada em melhor compreender as peculiaridades atinentes ao teto constitucional de remuneração aplicável aos procuradores do Município, Aurélia decidiu aprofundar-se nos dispositivos que versam sobre a matéria, bem como na orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal. Acerca do tema, assinale a afirmativa correta.

a) O teto constitucional não é aplicável a eventuais verbas indenizatórias previstas em lei que venham a ser percebidas por procurador do Município.

b) Os eventuais honorários sucumbenciais que venham a integrar a remuneração dos procuradores municipais não se submetem ao aludido patamar.

c) O único limite a ser observado na remuneração de procurador do Município é a integralidade do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.

d) Caso não haja disposição local em contrário, o parâmetro a ser usado para o cargo de procurador do Município é o subsídio do prefeito.

e) Apenas o subsídio dos procuradores está submetido ao limite de remuneração em questão, de modo que outras parcelas remuneratórias ou indenizatórias que estejam previstas em lei e tenham respaldo constitucional, não precisam observar o mencionado patamar.

003. (2023/CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 4ª REGIÃO/ADVOGADO) É vedada a vinculação ou a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

004. (2023/CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 4ª REGIÃO/ADVOGADO) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que cause prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

005. (2023/CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 4ª REGIÃO/ADVOGADO) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

006. (2023/CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 4ª REGIÃO/ADVOGADO) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

007. (2023/CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 4ª REGIÃO/ADVOGADO) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

008. (2023/CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 4ª REGIÃO/ADVOGADO) A acumulação remunerada de cargos públicos, quando autorizada, prescinde de compatibilidade de horários.

009. (2023/EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSEH/ADVOGADO) Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se a seguinte disposição:

- a) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, manterá seu cargo, emprego ou função
- b) Investido no mandato de vereador, independentemente da compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo
- c) Na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, não permanecerá filiado a esse regime no ente federativo de origem
- d) Investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração
- e) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será sempre contado para todos os efeitos legais

010. (2023/EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSEH/ADVOGADO) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

- a) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores
- b) É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público
- c) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo
- d) As funções de confiança, exercidas preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos,

condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento

e) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período

011. (2024/CÂMARA DE MACEIÓ – AL/ANALISTA ADMINISTRATIVO) Desde que se cumpra o devido processo legal, um servidor público estável pode perder o cargo por condenação tanto em processo administrativo quanto em ação judicial.

012. (2024/Polícia Científica do Paraná/Perito Oficial Criminal – Área 9) Com relação ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos, assinale a alternativa correta sobre a aposentadoria diferenciada.

a) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação

b) Poderão ser estabelecidos por lei ordinária do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação

c) Somente poderão ser estabelecidos por lei complementar no âmbito da União idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, permitida a caracterização por categoria profissional ou ocupação

d) Somente poderão ser estabelecidos por lei ordinária no âmbito da União idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, permitida a caracterização por categoria profissional ou ocupação

e) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, permitida a caracterização por categoria profissional ou ocupação

013. (2024/Polícia Militar de Minas Gerais/Soldado – Área: Técnico em Telecomunicações) Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, analise a hipótese abaixo e, em seguida, marque a única opção CORRETA de resposta: Joaquim, servidor público civil da administração direta municipal, no Município de Azambuja, foi eleito vereador dessa Cidade. Sabendo que a Constituição Federal dispõe acerca da diplomação e exercício das funções públicas, em casos análogos, a situação de Joaquim terá o seguinte desfecho:

- a) Ao ser investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, Joaquim perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- b) Joaquim será, obrigatoriamente, afastado do cargo para no qual é concursado, por ser investido no mandato de Vereador.
- c) O afastamento obrigatório de Joaquim não impedirá a contagem de seu tempo de serviço para todos os efeitos legais, durante o exercício de mandato eletivo, inclusive para fins de promoção, vedada qualquer exceção.
- d) Quanto ao regime de previdência, haverá alteração, pois, enquanto durar o mandato, Joaquim será filiado ao regime específico, que abrange os servidores do Legislativo local.

014. (2024/EXAME NACIONAL DA MAGISTRATURA/MAGISTRADO) Francisco, servidor público titular do cargo efetivo de médico em Município brasileiro, submete-se a novo concurso público e é aprovado dentro do número de vagas oferecidas para o emprego de médico-cirurgião em fundação pública estadual de saúde. Sabendo-se que há compatibilidade de horários para o exercício das duas funções, sobre a cumulação, em tal hipótese, assinale a afirmativa correta.

- a) É lícita, observando-se que o somatório das remunerações respectivas não poderá ultrapassar o limite máximo remuneratório aplicável aos Estados-membros.
- b) É lícita, observando-se que o somatório das remunerações respectivas não poderá ultrapassar o teto remuneratório relativo ao subsídio mensal, em espécie, do Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- c) É lícita, observando-se que o teto remuneratório deve ser considerado em relação à remuneração de cada um dos vínculos, e não ao somatório do que é recebido.
- d) É ilícita, uma vez que a acumulação de cargos, empregos e funções públicas somente é autorizada na esfera do mesmo ente federativo, observando-se o limite máximo de remuneração aplicável ao Chefe do Poder Executivo respectivo.
- e) É ilícita, uma vez que a acumulação de cargos públicos somente é autorizada na esfera da própria Administração Direta, observando-se o teto remuneratório aplicável ao Chefe do Poder Executivo respectivo.

015. (2024/CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESPÍRITO SANTO/AGENTE FISCAL) Assinale a alternativa que indica corretamente um princípio da administração pública.

- a) Impessoalidade.
- b) Prioridade.
- c) Interatividade.
- d) Culpabilidade.
- e) Asseguridade.

016. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/TÉCNICO LEGISLATIVO – ÁREA LEGISLATIVA) A Carta Magna do Brasil de 1988 delinea os fundamentos da Administração Pública. Esses fundamentos, delineados no Art. 37 da Constituição de 1988, formam os alicerces para uma administração pública transparente, responsável e dedicada ao bem-estar da sociedade. Relacione os princípios às respectivas definições.

- 1. Legalidade
- 2. Impessoalidade
- 3. Eficiência
- 4. Moralidade

- () a Administração Pública deve agir consoante com a ideia comum de honestidade.
- () a Administração Pública não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas.
- () a Administração Pública deve alcançar os objetivos com o mínimo de recursos disponíveis e tempo.
- () a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite.

Assinale a opção que indica a relação correta na ordem apresentada.

- a) 1 – 3 – 2 – 4.
- b) 1 – 4 – 2 – 3.
- c) 4 – 1 – 3 – 2.
- d) 4 – 2 – 3 – 1.
- e) 4 – 3 – 2 – 1.

017. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/TÉCNICO LEGISLATIVO – ÁREA LEGISLATIVA) Maria e Joana são servidoras do Estado Alfa, sendo a primeira ocupante de cargo de provimento efetivo e a segunda de cargo em comissão. Ambas tinham interesse em ser nomeadas para o exercício de uma função de confiança, recém-criada pela Lei estadual nº X. À luz da ordem constitucional, é correto afirmar que

- a) ambas podem ser nomeadas.
- b) apenas Joana pode ser nomeada.

- c) apenas Maria pode ser nomeada.
- d) nenhuma das duas pode ser nomeada.
- e) a nomeação, ou não, de ambas, dependerá da disciplina estabelecida no regime jurídico da categoria.

018. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/TÉCNICO LEGISLATIVO – ÁREA LEGISLATIVA) Joana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado Alfa, logrou êxito em ser eleita Prefeita do Município Beta. Preocupada com a possibilidade de acumulação dos cargos, Joana consultou um especialista na área, sendo-lhe corretamente esclarecido que ela

- a) deverá ser exonerada do cargo de provimento efetivo para tomar posse no cargo eletivo.
- b) caso haja compatibilidade de horários, poderá acumular os cargos, recebendo ambas as contraprestações estipendiais.
- c) deverá ser afastada do cargo de provimento efetivo ao ser investida no cargo de Prefeito, somente podendo receber o subsídio deste último.
- d) ao ser investida no cargo de Prefeito, deve se afastar do cargo de provimento efetivo, mas pode optar pela contraprestação estipendial deste último.
- e) a possibilidade, ou não, de acumular os cargos dependerá do disposto na Lei Orgânica do Município Beta e no regime jurídico dos servidores do Estado Alfa.

019. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/ANALISTA LEGISLATIVO – ÁREA ADMINISTRADOR) A Constituição Federal de 1988 do Brasil define os princípios da Administração Pública, delineados no Art. 37, como fundamentais para uma gestão transparente, responsável e voltada para o bem-estar da sociedade como um todo. Assinale a opção que compreende uma característica do princípio da impessoalidade.

- a) Exigência de atender os fins de interesse geral, sendo vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências.
- b) Vedação de conceder direitos de qualquer espécie, criar obrigações ou impor vedações aos administrados.
- c) Proibição de incluir nomes, símbolos ou imagens que caracterizem a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- d) Exigência da ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
- e) Imposição a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.

020. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE/TÉCNICO EM MICROINFORMÁTICA) De acordo com o art. 41 da Constituição Federal de 1988, quanto aos servidores públicos, o texto constitucional prevê que:

- a) os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público tornam-se estáveis após dois anos de efetivo exercício.
- b) a demissão do servidor estável, invalidada por sentença judicial, permite sua reintegração e, para o eventual ocupante da vaga, se estável, a recondução ao cargo de origem, com direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- c) o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo, em caso de cargo extinto ou que tenha sido declarado desnecessário.
- d) a avaliação especial de desempenho, realizada por comissão instituída para essa finalidade como condição para a aquisição da estabilidade, é facultativa.

021. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE/ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA OFICIAL DE JUSTIÇA) Alude o Direito Constitucional brasileiro que a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios:

- a) de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e efetividade.
- b) de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
- c) de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- d) de legalidade, impessoalidade, materialidade, publicidade e eficácia.

022. (2024/UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II - ÁREA MATERIAIS) Imputando-se a atuação do agente público ao órgão público que ele representa, e não ao próprio agente público, observa-se o princípio da

- a) moralidade.
- b) eficiência.
- c) impessoalidade.
- d) publicidade.
- e) razoabilidade.

023. (2024/COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR/ANALISTA - ÁREA: CIÊNCIA E TECNOLOGIA) A responsabilidade civil do Estado consiste na sua obrigação de reparar economicamente os danos que causar a terceiros no âmbito patrimonial ou moral.

024. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA) Quando a função administrativa é exercida com presteza e rendimento funcional, alcançando

resultados positivos para o exercício das respectivas atribuições, de modo satisfatório para a coletividade, tem-se o atendimento de determinado princípio expresso no Art. 37, caput, da Constituição da República. Trata-se do princípio da:

- a) eficácia;
- b) eficiência;
- c) publicidade;
- d) operabilidade;
- e) economicidade.

025. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ/ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA EXECUÇÃO DE MANDADOS) Maria, oficial da Polícia Militar no Estado Beta, iniciou estudos com o objetivo de ser aprovada em outro concurso público, de modo a aumentar a sua renda. No decorrer dos seus estudos, superou uma antiga dúvida em relação à possibilidade, ou não, de vir a ocupar um cargo público de provimento efetivo junto à Administração Pública enquanto militar estadual da ativa. Maria concluiu, corretamente, que:

- a) a acumulação pretendida é vedada enquanto estiver na ativa;
- b) a acumulação pretendida é admitida desde que ocorra no âmbito do Estado Beta;
- c) as regras gerais de acumulação afetas à generalidade dos servidores públicos são aplicadas aos militares estaduais, com prevalência da atividade militar;
- d) os militares federais podem acumular cargos públicos, não os estaduais, mas deve haver compatibilidade de horários e prevalência da atividade militar;
- e) a acumulação pressupõe que o outro cargo tenha natureza militar, no âmbito do Estado Beta, ou das Forças Armadas, observada a compatibilidade de horários e o teto remuneratório.

026. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ/ANALISTA JUDICIÁRIO – PSICÓLOGO) Nair, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo, logrou ser eleita vereadora no município em que é domiciliada. Preocupada com a possibilidade de conciliar o cargo público com a vereança, analisou os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, tendo concluído corretamente que:

- a) deve ser afastada do cargo de provimento efetivo durante o mandato;
- b) deve optar por um ou outro, pois a acumulação de cargos públicos é vedada;
- c) deve receber a contraprestação estipendial correspondente a ambos, caso acumule os cargos;
- d) pode acumular ambos os cargos caso tenha obtido a estabilidade no cargo de provimento efetivo;
- e) tem o direito subjetivo de acumular os cargos, independentemente do cumprimento de qualquer requisito específico.

027. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE/TÉCNICO JUDICIÁRIO) Em relação aos servidores públicos, a Constituição Federal estabelece que:

- a) a remuneração dos membros de Poder deve ser feita preferencialmente através de subsídio, sendo facultado, o acréscimo de outras espécies remuneratórias.
- b) a formação e o aperfeiçoamento funcional do servidor público, mediante a participação em cursos, constitui-se como um dos requisitos para a promoção na carreira.
- c) a incorporação à remuneração do cargo efetivo, pelo servidor público, de vantagens oriundas de função de confiança é permitida após seu efetivo exercício por 5 anos.
- d) a acumulação remunerada de cargos públicos é proibida em qualquer hipótese, mesmo quando houver compatibilidade de horários.

028. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE/TÉCNICO JUDICIÁRIO) À luz do § 6º do artigo 37 da Constituição Federal:

- a) o Estado é responsável pelos atos de seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros, baseando-se na teoria da culpa administrativa.
- b) a responsabilidade civil do Estado, por ser sempre objetiva, exige, para fins indenizatórios, a comprovação de dolo ou culpa do agente causador do dano.
- c) o Estado só responde civilmente por atos omissivos, não havendo que se falar em sua responsabilização em casos de atos comissivos.
- d) o Estado é responsável pelos danos causados por seus agentes a terceiros, independentemente da existência de culpa, baseando-se na teoria do risco administrativo.

029. (2024/CÂMARA DE JABOTICABAL – SP/ASSISTENTE) Uma Câmara Municipal dá publicidade a seus trabalhos com intuito educativo, informativo ou de orientação social, sem caracterizar promoção pessoal de quaisquer agentes públicos, observando princípios constitucionais explícitos, tais como

- a) legalidade, impessoalidade e moralidade.
- b) legalidade, publicidade e autotutela.
- c) impessoalidade, motivação e proporcionalidade.
- d) moralidade, razoabilidade e boa-fé.
- e) supremacia do interesse público, proporcionalidade e indisponibilidade do interesse público.

030. (2024/Conselho Regional de Enfermagem de Pernambuco/Enfermeiro Fiscal) Leia as afirmativas abaixo. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, ainda, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

II – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

III – é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

IV – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I e III.
- b) II e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV
- e) Todas.

031. (2024/PREFEITURA SAPEZAL – MT/FISCAL DE OBRAS E POSTURAS) A Constituição Federal de 1988 veda a acumulação remunerada de cargos públicos, porém há algumas exceções. Assim, de acordo com a Constituição, haveria possibilidade de se acumularem, no Município de Sapezal, os cargos de:

- a) Fiscal de Obras e Posturas e Técnico em Informática
- b) Fiscal de Obras e Posturas e Fiscal de Tributos
- c) Fiscal de Tributos e Contador
- d) Médico e Professor

032. (2024/PREFEITURA SAPEZAL – MT/FISCAL DE OBRAS E POSTURAS) A Constituição Federal de 1988 prevê a estabilidade dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público:

- a) imediatamente após a sua nomeação para o cargo
- b) após 1 (um) ano de efetivo exercício de suas atividades
- c) após 2 (dois) anos de efetivo exercício de suas atividades
- d) após 3 (três) anos de efetivo exercício de suas atividades

033. (2024/PREFEITURA SAPEZAL – MT/FISCAL DE OBRAS E POSTURAS) O princípio do direito administrativo que impõe a necessidade de adoção, pelo administrador, de critérios técnicos e profissionais, que assegurem o melhor resultado possível, é denominado de:

- a) eficiência
- b) legalidade
- c) moralidade
- d) impessoalidade

034. (2024/PREFEITURA SAPEZAL – MT/FISCAL DE MEIO AMBIENTE) Um dos princípios que regem a Administração Pública impõe ao administrador agir de maneira ética, com probidade, considerando que o interesse público se sobrepõe ao interesse particular. A acumulação ilícita de dois cargos públicos é um bom exemplo de afronta ao princípio da:

- a) impessoalidade
- b) moralidade
- c) legalidade
- d) eficiência

035. (2024/PREFEITURA DE VILA VELHA – ES/AGENTE COMBATE À ENDEMIAS) O Art. 37 da Constituição Federal (1988) estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e _____.

A lacuna acima é corretamente preenchida por:

- a) eficácia.
- b) transparência.
- c) justiça.
- d) eficiência.
- e) previsibilidade.

036. (2024/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE/ ADMINISTRADOR) Considerando o princípio da impessoalidade na administração pública, analise as alternativas a seguir e identifique aquela que melhor representa uma aplicação correta desse princípio no contexto administrativo.

- a) Em uma campanha de saúde pública, são utilizados imagens e nomes de políticos locais para promover a iniciativa.
- b) Um gestor público prioriza projetos de infraestrutura em áreas onde obteve maior votação nas últimas eleições.
- c) Uma prefeitura realiza a nomeação de cargos comissionados baseando-se exclusivamente em critérios técnicos e méritos profissionais.
- d) Uma licitação é conduzida dando preferência a empresas de conhecidos dos membros da comissão de licitação.

037. (2024/CÂMARA DE OLINDA – PE/TÉCNICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Em casos de lesões graves sofridas por pacientes em hospitais públicos devido à negligência dos profissionais de saúde, o Estado pode ser responsabilizado civilmente, tendo o dever de garantir a segurança e a qualidade dos serviços públicos de saúde oferecidos à população.

038. (2024/CÂMARA DE OLINDA – PE/TÉCNICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A responsabilidade civil do Estado é aplicável apenas em situações nas quais houve a intenção explícita de causar dano por parte dos agentes públicos, excluindo casos de negligência ou imprudência.

039. (2024/AUTARQUIA MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES – PE/ASSISTENTE DE PREVIDÊNCIA – ÁREA: ASSISTÊNCIA À SAÚDE) Dentre os princípios da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta.

- a) Legalidade
- b) Impessoalidade
- c) Eficiência
- d) Publicidade
- e) Imoralidade

040. (2024/MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A) /TÉCNICO CONTÁBIL) O art. 37 da Constituição Federal prevê que “a Administração Pública, direta e indireta, de quaisquer dos Poderes da União, do Distrito Federal e dos Municípios, deve obedecer aos princípios que a regem.” (CFB, art.37, 1988). Compreendendo que tais princípios envolvem padrões de conduta sobre a administração e orçamento públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Pelo Princípio da Publicidade, as autoridades devem ter seus nomes protegidos e suas ações em segredo evitando serem expostos aos contribuintes e eleitores
- b) Pelo Princípio da Eficiência, é que os agentes públicos realizam cursos, seminários, simpósios, bem como primam pela racionalização dos recursos públicos com o objetivo de alcançar resultados positivos nos indicadores dos programas sociais
- c) Pelo Princípio da Legalidade, o administrador público é sujeito aos mandamentos da lei, contudo, não há punição caso a conduta do agente violar a lei visando oferecer vantagem a si ou a outrem de seu convívio
- d) Pelo Princípio da Impessoalidade, o agente público não deverá priorizar atendimento a gestantes, idosos e pessoas com deficiência haja vista que essa atitude de privilegiar pessoas é proibida

041. (2024/INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ESTEIO – RS/ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Com base nas disposições do Art. 41 da Constituição Federal vigente, analise as seguintes assertivas:

- I. São estáveis após quatro anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- II. O servidor público estável só perderá o cargo, entre outras formas, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

III. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele readaptado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Quais estão corretas?

- a) Apenas II.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

042. (2024/PREFEITURA DE TUPARETAMA – PE/AUXILIAR ADMINISTRATIVO) Dentro dos princípios fundamentais da Administração Pública, o princípio da impessoalidade indica que o administrador público deve priorizar o atendimento das necessidades pessoais dos governantes e políticos em detrimento do interesse público, assegurando assim a lealdade política e a governabilidade.

043. (2024/PREFEITURA DE TUPARETAMA – PE/AUXILIAR ADMINISTRATIVO) O Princípio da Publicidade, um dos pilares da Administração Pública, assegura que as ações do governo sejam divulgadas de maneira oficial para garantir a transparência e permitir o controle social.

044. (2024/FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS/ANALISTA – ÁREA JURÍDICA) O direito de petição aos poderes públicos, previsto na Constituição Federal de 1988, em que o indivíduo pode dirigir-se aos órgãos administrativos para postular a defesa de direitos é considerado um instrumento jurídico concretizador do princípio da

- a) precaução.
- b) indisponibilidade.
- c) moralidade.
- d) publicidade.
- e) autotutela.

045. (2024/INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL/ADVOGADO) No que concerne ao tema da “Administração Pública”, assinale a alternativa incorreta.

- a) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical
- b) as funções de confiança, exercidas por particulares nomeados para o seu exercício, destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento

c) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

d) a lei deve estabelecer os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público

e) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei

046. (2024/PREFEITURA DE JARI – RS/CONTADOR) Em relação aos princípios fundamentais da Administração Pública, analise as definições a seguir:

I. Legalidade – esse princípio evita que a Administração Pública se distancie da moral e obriga que a atividade administrativa seja pautada não só pela lei, mas também pela boa-fé, lealdade e probidade.

II. Impessoalidade – em sua essência, diz respeito à necessidade de o Estado agir de modo imparcial perante terceiros, não podendo beneficiar nem causar danos a pessoas específicas, mas sempre buscando chegar à comunidade ou a um grupo amplo de cidadãos.

III. Moralidade – significa que a Administração Pública está sujeita aos princípios legais, ou seja, as leis ou normas administrativas contidas na Constituição. À Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza.

IV. Publicidade – o princípio da publicidade é requisito da eficácia e da moralidade. Sendo assim, todo ato administrativo deverá ser publicado, com exceção dos que possuem sigilo nos casos de segurança nacional, investigações policiais ou de interesse superior da Administração, conforme previsto na lei.

Quais estão INCORRETAS?

a) Apenas I.

b) Apenas I e III.

c) Apenas II e IV.

d) Apenas III e IV.

e) I, II, III e IV.

047. (2024/PREFEITURA DE FLORAÍ – PR/RECEPCIONISTA) Leia o trecho e assinale a alternativa que preencha a lacuna abaixo corretamente: “O princípio da _____ passa a ser aplicado no jurídico com a plena decisão de manter os interesses públicos gerais garantidos em pé de igualdade e imparcialidade, estabelecendo que as administrações não vão agir com represálias, fins políticos e partidários e desrespeitar o ser humano por suas particularidades.” (Fonte: <https://blog.grancursosonline.com.br/principio-daimpessoalidade/>)

a) Eficiência.

b) Autotutela.

- c) Impessoalidade.
- d) Motivação.
- e) Preparação.

048. (2024/PREFEITURA DE LORENA – SP/ANALISTA – ÁREA: CONTRATOS E LICITAÇÕES) Considerando o disposto na Constituição Federal acerca do regime jurídico e responsabilidade dos servidores públicos, é CORRETO dizer que os atos de improbidade administrativa por estes cometidos poderão importar em:

- a) suspensão dos direitos políticos, multa e perda da função pública, apenas, sem prejuízo da ação penal cabível.
- b) multa, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, apenas, sem prejuízo da ação penal cabível.
- c) suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- d) multa, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, apenas, vedada a cumulação da pretensão de aplicação de sanção por ato de improbidade administrativa e da ação penal cabível se versarem sobre a mesma conduta.
- e) suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, vedada a cumulação da pretensão de aplicação de sanção por ato de improbidade administrativa e da ação penal cabível se versarem sobre a mesma conduta.

049. (2024/PREFEITURA DE MANAUS – AM/GUARDA MUNICIPAL) O artigo 37, caput, da Constituição Federal (CF), traz princípios expressos aplicáveis à Administração Pública. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresente corretamente um princípio expresso da Administração Pública previsto na CF:

- a) Investidura
- b) Greve
- c) Improbidade
- d) Eficiência
- e) Anterioridade

050. (2024/POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO/AGENTE DE POLÍCIA) À luz da CF e da jurisprudência do STF, julgue os seguintes itens.

- I. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- II. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos estrangeiros, na forma da lei.

III. A administração pública pode anular os próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

051. (2024/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA INFANTIL) Cidadãos que ocupam cargos públicos no país devem obedecer a normas específicas, tais como as estabelecidas pela Constituição da República Federativa do Brasil (de 1988) em suas disposições gerais para a administração pública. A esse respeito, de acordo com o inciso XVI do artigo 37 do referido documento, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto em caso de

- a) dois cargos técnicos ou científicos, independentemente da distribuição de horários.
- b) dois cargos de professor, quando houver compatibilidade de horários.
- c) um cargo de professor e um cargo técnico, quando houver sobreposição de horários.
- d) um cargo de professor e um cargo de gestão, quando houver sobreposição de horários.
- e) dois cargos de gestão, quando houver compatibilidade de horários.

052. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE PERNAMBUCO/SOLDADO) Assinale a alternativa correta, de acordo com o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil sobre a Administração Pública (Capítulo VII).

- a) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- b) Os cargos em comissão, exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, serão preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- c) A proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicos não abrange autarquias ou fundações públicas de direito público.
- d) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- e) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.

053. (2022/PREFEITURA DE LARANJAL PAULISTA-SP/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições, excetuando:

- a) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;
- b) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe obrigatório optar pela sua remuneração;
- c) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- c) investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior deste artigo de lei;
- d) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

054. (2022/CRT-03/ANALISTA ADMINISTRATIVO) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

055. (2022/CRT-03/ANALISTA ADMINISTRATIVO) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.

056. (2022/CRT-03/TÉCNICO ADMINISTRATIVO) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 anos de idade ou aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar.

057. (2022/CRT-03/TÉCNICO ADMINISTRATIVO) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

058. (2022/TRT-14ª REGIÃO/RO E AC/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA) Nos termos da Constituição Federal, invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, a) com direito a indenização ou aproveitado em outro cargo, não podendo ser posto em disponibilidade, sob pena de ferir a estabilidade prevista constitucionalmente
b) com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

- c) sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração integral.
- d) com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração integral.
- e) sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

059. (2022/PGM RECIFE-PE/PROCURADOR JUDICIAL MUNICIPAL) De acordo com as regras da CF em relação aos servidores públicos,

- a) estrangeiros não podem ocupar cargo público no Brasil.
- b) a proibição de acumular cargos públicos não alcança a administração pública indireta.
- c) o padrão máximo de vencimentos é a remuneração paga no Poder Executivo.
- d) concursos públicos têm prazo de validade bienal, improrrogável.
- e) os trabalhadores dos conselhos de fiscalização profissional devem submeter-se ao regime estatutário.

060. (2022/PGE-ES/RESIDÊNCIA JURÍDICA) Segundo a Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, EXCETO, quando houver compatibilidade de horários, nos seguintes casos:

- a) Dois cargos de professor e um de militar das forças armadas.
- b) Um cargo de professor com outro de integrante das forças de segurança pública.
- c) Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- d) Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde e a de um de militar das forças armadas.

061. (2022/PREFEITURA DE AMPARO-SP/ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO) Define o art. 37 da Constituição Federal de 1988, como sanções aplicáveis aos agentes praticantes de ato de improbidade administrativa, exceto:

- a) a indisponibilidade dos bens.
- b) a perda da função pública.
- c) o ressarcimento ao erário.
- d) a prisão civil do agente público.
- e) a suspensão dos direitos políticos.

062. (2022/INSS/TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL) Servidor público da administração indireta investido no mandato de vereador poderá acumular as vantagens do emprego com a remuneração do cargo eletivo, se houver compatibilidade de horários.

063. (2022/INSS/TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL) É vedado a estrangeiros o acesso a cargos públicos.

064. (2022/TRT-14ª REGIÃO/RO E AC/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Segundo a Constituição Federal, o servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público

- a) não poderá acumular nenhum outro cargo público remunerado, ainda que haja compatibilidade de horários, sendo que essa proibição não abrange as sociedades de economia mista.
- b) é estável, quanto ao requisito temporal, apenas após cinco anos de efetivo exercício, podendo perder o cargo em virtude de sentença judicial, mesmo que ainda não transitada em julgado.
- c) não possui direito à livre associação sindical durante o período que ainda não tenha adquirido a estabilidade, o que ocorre após, no mínimo, dois anos de efetivo exercício.
- d) poderá acumular qualquer outro cargo público, desde que haja compatibilidade de horários e que se limite a dois cargos públicos remunerados.
- e) é estável, quanto ao requisito temporal, após três anos de efetivo exercício, podendo, dentre outras hipóteses, perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

065. (2022/PC-GO/AGENTE DE POLÍCIA) Em relação aos agentes públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- c) É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- d) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.
- e) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

066. (2022/CÂMARA DE UNAÍ-MG/OFICIAL DE ATIVIDADES DA SECRETARIA) É garantido o direito fundamental assegurado a todos o recebimento dos órgãos públicos de informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Esta garantia está relacionada diretamente com o seguinte princípio da Administração Pública:

- a) Eticidade.
- b) Eficiência.
- c) Publicidade.
- d) Impessoalidade.

067. (2022/PREFEITURA DE CENTRAL DE MINAS-MG/AUXILIAR ADMINISTRATIVO) Descumpre a norma constitucional que veda a acumulação remunerada de cargos públicos o servidor público que, na hipótese de compatibilidade de horários, exerce simultaneamente:

- a) Dois cargos de professor;
- b) Dois cargos privativos de profissional de saúde, com profissão regulamentada;
- c) Dois cargos técnicos;
- d) Um cargo de professor e outro, técnico ou científico.

068. (2022/PREFEITURA DE UNIÃO-PI/AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO) Considerando o Artigo 41, da Constituição da República Federativa do Brasil, são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Isto posto, marque a opção INCORRETA.

- a) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de apresentação de denúncia pública criminal ao poder judiciário.
- b) A extinção do cargo ou a declaração de sua desnecessidade fará com que o servidor estável fique em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- c) O servidor público estável só perderá o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- d) O servidor público estável só perderá o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- e) A avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade é obrigatória como condição para a aquisição da estabilidade.

069. (2022/PREFEITURA DE ARROIO DO PADRE-RS/AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE) Em conformidade com a Constituição Federal, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE: É _____ a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

- a) vedada
- b) obrigatória
- c) facultada
- d) Permitida

070. (2022/PREFEITURA DE RECIFE-PE/AGENTE ADMINISTRATIVO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL) Tem previsão expressa na Constituição Federal a regra que garante à pessoa com deficiência

- a) acesso a tecnologias assistivas para superar barreiras à integração social.
- b) direito ao auxílio-inclusão quando se tratar de deficiência moderada ou grave.
- c) prioridade no atendimento pela política habitacional.
- d) acessibilidade plena em todos os prédios públicos.
- e) reserva de percentual dos cargos e empregos públicos.

071. (2022/SSP-AM/TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR) O Governador do Estado Alfa informou a sua assessoria que tencionava criar uma autarquia para a execução de atividades típicas de Administração Pública e desejava saber a forma a ser observada. A assessoria respondeu corretamente que o referido ente deve

- a) ser criado por lei ordinária específica.
- b) ser criado por lei complementar específica.
- c) ser criado por ato do Poder Executivo, a partir de autorização concedida em lei ordinária.
- d) ser criado por ato do Poder Executivo, a partir de autorização concedida em lei complementar.
- e) ter sua atividade regulamentada em lei complementar e sua criação autorizada em lei ordinária e efetivada por decreto.

072. (2022/TELEBRAS/TÉCNICO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) A regra de vedação à acumulação remunerada de cargos públicos abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público e as sociedades de economia mista bem como suas subsidiárias.

073. (2022/TELEBRAS/TÉCNICO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Em que pese a estabilidade dos servidores e servidoras em efetivo exercício três anos após a nomeação para cargo de provimento efetivo em virtude da aprovação em concurso público, estes poderão perder o cargo em razão de sentença judicial transitada em julgado e mediante processo administrativo que observe a ampla defesa.

074. (2022/DPE-RO/OFICIAL DE DILIGÊNCIA) Assinale a opção que apresenta o princípio constitucional que obriga a administração pública a manter ou ampliar a qualidade dos serviços prestados à população, evitando desperdícios e buscando sempre a máxima excelência na prestação de seus serviços.

- a) princípio da publicidade dos atos da administração pública
- b) princípio da legalidade
- c) princípio da impessoalidade
- d) princípio da moralidade
- e) princípio da eficiência

075. (2022/MJSP/TÉCNICO ESPECIALIZADO EM FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO) Admite-se a contratação temporária de pessoas pela administração pública, desde que haja excepcional necessidade de interesse público, podendo o vínculo ser renovado por tempo indeterminado, desde que presentes os requisitos estabelecidos em lei.

GABARITO

1. E	20. c	39. e	58. e
2. a	21. c	40. b	59. c
3. C	22. c	41. a	60. c
4. C	23. C	42. E	61. d
5. C	24. b	43. C	62. C
6. E	25. c	44. d	63. E
7. C	26. c	45. b	64. e
8. E	27. b	46. b	65. e
9. d	28. d	47. c	66. c
10. e	29. a	48. c	67. c
11. C	30. e	49. d	68. a
12. e	31. d	50. e	69. a
13. a	32. d	51. b	70. e
14. c	33. a	52. d	71. a
15. a	34. b	53. b	72. C
16. d	35. d	54. C	73. C
17. c	36. c	55. C	74. e
18. d	37. C	56. C	75. E
19. c	38. E	57. C	

GABARITO COMENTADO

001. (2024/CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO BRASIL/ADVOGADO) É vedada a instituição de bônus de eficiência e produtividade por lei para servidores públicos que recebem sua remuneração sob a sistemática de vencimentos, porquanto, nesse caso, é vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.



Essa vedação aplica-se apenas aos servidores que recebem na forma de subsídio. Conforme o art. 39, § 4º, da CF/1988, “o membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI.

Errado.

002. (2024/PREFEITURA DE CARAGUATATUBA – SP/PROCURADOR) Interessada em melhor compreender as peculiaridades atinentes ao teto constitucional de remuneração aplicável aos procuradores do Município, Aurélia decidiu aprofundar-se nos dispositivos que versam sobre a matéria, bem como na orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal. Acerca do tema, assinale a afirmativa correta.

- a) O teto constitucional não é aplicável a eventuais verbas indenizatórias previstas em lei que venham a ser percebidas por procurador do Município.
- b) Os eventuais honorários sucumbenciais que venham a integrar a remuneração dos procuradores municipais não se submetem ao aludido patamar.
- c) O único limite a ser observado na remuneração de procurador do Município é a integralidade do subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- d) Caso não haja disposição local em contrário, o parâmetro a ser usado para o cargo de procurador do Município é o subsídio do prefeito.
- e) Apenas o subsídio dos procuradores está submetido ao limite de remuneração em questão, de modo que outras parcelas remuneratórias ou indenizatórias que estejam previstas em lei e tenham respaldo constitucional, não precisam observar o mencionado patamar.



Segundo o art. 37, § 11, da CF/1988, “Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do *caput* deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei”.

Letra a.

003. (2023/CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 4ª REGIÃO/ADVOGADO) É vedada a vinculação ou a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.



Conforme o art. 37, XIII, da CF/1988, “é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público”.

Certo.

004. (2023/CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 4ª REGIÃO/ADVOGADO) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que cause prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.



De acordo com o art. 37, § 5º, da CF/1988, “A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento”. Este dispositivo constitucional significa que, embora a lei deva definir prazos para a prescrição de atos ilícitos (ou seja, o prazo após o qual não é mais possível punir o responsável pelo ato ilícito devido ao tempo decorrido), a ação de ressarcimento ao erário é imprescritível. Isso significa que, independentemente do tempo que tenha passado desde a ocorrência do ato ilícito, o Estado sempre poderá cobrar o ressarcimento dos danos causados ao patrimônio público (como regra geral).

Certo.

005. (2023/CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 4ª REGIÃO/ADVOGADO) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.



Conforme o art. 37, IX, da CF/1988, “a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”. Esta modalidade de contratação é uma exceção à regra geral de ingresso no serviço público, que se dá, predominantemente, por meio de concurso público (conforme previsto no art. 37, II, da CF/88). As contratações temporárias são justificadas pela necessidade de flexibilidade para atender demandas que não são permanentes, mas que requerem pronta resposta por parte da administração pública, como em casos de emergências de saúde pública, calamidades naturais, grandes eventos, entre outros.

Certo.

006. (2023/CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 4ª REGIÃO/ADVOGADO) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.



De acordo com o artigo 37, XIV, da CF/1988, “Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores”. Este dispositivo constitucional proíbe a prática de “efeito cascata” ou “incorporação automática” de vantagens, gratificações e acréscimos pecuniários anteriores no cálculo de novos acréscimos salariais. O objetivo é evitar que aumentos concedidos em determinado momento possam ser usados como base para novos aumentos, gerando uma escalada salarial não sustentável e desvinculada da realidade fiscal e orçamentária do ente público.

Errado.

007. (2023/CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 4ª REGIÃO/ADVOGADO) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.



Segundo o art. 37, XII, da CF/1988, “os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo”.

Certo.

008. (2023/CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 4ª REGIÃO/ADVOGADO) A acumulação remunerada de cargos públicos, quando autorizada, prescinde de compatibilidade de horários.



A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, inciso XVI, estabelece claramente que a acumulação remunerada de cargos públicos é excepcional e só é permitida em casos específicos, sempre condicionada à comprovação da compatibilidade de horários. A acumulação é permitida nas seguintes situações: de dois cargos de professor; de um cargo de professor com outro técnico ou científico; de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Errado.

009. (2023/EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSEH/ADVOGADO) Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplica-se a seguinte disposição:

a) Tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, manterá seu cargo, emprego ou função

- b) Investido no mandato de vereador, independentemente da compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo
- c) Na hipótese de ser segurado de regime próprio de previdência social, não permanecerá filiado a esse regime no ente federativo de origem
- d) Investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração
- e) Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será sempre contado para todos os efeitos legais



De acordo com o artigo 38 da Constituição Federal de 1988, ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se disposições específicas conforme a natureza do mandato. Investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

Letra d.

010. (2023/EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES – EBSERH/ADVOGADO) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

- a) Os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores
- b) É permitida a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público
- c) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo
- d) As funções de confiança, exercidas preferencialmente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento
- e) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período



O artigo 37 da Constituição Federal de 1988 estabelece princípios fundamentais que regem a administração pública, tanto direta quanto indireta, de todos os Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Entre esses princípios, encontram-se a

legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência. Conforme o art. 37, III, da CF/1988, o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

Letra e.

011. (2024/CÂMARA DE MACEIÓ – AL/ANALISTA ADMINISTRATIVO) Desde que se cumpra o devido processo legal, um servidor público estável pode perder o cargo por condenação tanto em processo administrativo quanto em ação judicial.



A afirmação está correta. Conforme o art. 41, § 1º, da Constituição Federal de 1988, um servidor público estável pode perder o cargo nas seguintes situações: I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado; II – mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. Portanto, desde que sejam respeitados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa, o servidor estável pode ser desligado tanto por meio de um processo administrativo quanto por uma decisão judicial.

Certo.

012. (2024/POLÍCIA CIENTÍFICA DO PARANÁ/PERITO OFICIAL CRIMINAL – ÁREA 9) Com relação ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos, assinale a alternativa correta sobre a aposentadoria diferenciada.

- a) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação
- b) Poderão ser estabelecidos por lei ordinária do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação
- c) Somente poderão ser estabelecidos por lei complementar no âmbito da União idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, permitida a caracterização por categoria profissional ou ocupação

d) Somente poderão ser estabelecidos por lei ordinária no âmbito da União idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, permitida a caracterização por categoria profissional ou ocupação

e) Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, permitida a caracterização por categoria profissional ou ocupação



A alternativa correta é A. De acordo com a Constituição Federal, especificamente o art. 40, § 4º-C, é possível que uma lei complementar estabeleça idade e tempo de contribuição diferenciados para servidores que exerçam atividades com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes. No entanto, é vedada a caracterização por categoria profissional ou ocupação. Ou seja, não se pode generalizar o benefício para uma categoria inteira de profissionais, devendo ser analisado caso a caso, com base nas condições de trabalho.

Letra a.

013. (2024/Polícia Militar de Minas Gerais/Soldado – Área: Técnico em Telecomunicações) Considerando a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, analise a hipótese abaixo e, em seguida, marque a única opção CORRETA de resposta: Joaquim, servidor público civil da administração direta municipal, no Município de Azambuja, foi eleito vereador dessa Cidade. Sabendo que a Constituição Federal dispõe acerca da diplomação e exercício das funções públicas, em casos análogos, a situação de Joaquim terá o seguinte desfecho:

a) Ao ser investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, Joaquim perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

b) Joaquim será, obrigatoriamente, afastado do cargo para no qual é concursado, para ser investido no mandato de Vereador.

c) O afastamento obrigatório de Joaquim não impedirá a contagem de seu tempo de serviço para todos os efeitos legais, durante o exercício de mandato eletivo, inclusive para fins de promoção, vedada qualquer exceção.

d) Quanto ao regime de previdência, haverá alteração, pois, enquanto durar o mandato, Joaquim será filiado ao regime específico, que abrange os servidores do Legislativo local.



- a) Certa. Conforme a Constituição Federal, no art. 38, III, se um servidor público for eleito vereador, ele poderá acumular o cargo de servidor com o mandato eletivo, desde que haja compatibilidade de horários. Nessa situação, o servidor continuará recebendo tanto a remuneração de seu cargo público quanto o subsídio referente ao mandato eletivo, sem prejuízo de nenhuma das remunerações. Se não houver compatibilidade de horários, ele deverá optar por uma das remunerações, mas ainda poderá manter o vínculo com o cargo público.
- b) Errada. O afastamento só ocorre se não houver compatibilidade de horários.
- c) Errada. Conforme o art. 38, IV, da CF/1988, em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.
- d) Errada. O servidor não muda de regime previdenciário, permanecendo no regime que já estava vinculado (art. 38, V, da CF/1988).

Letra a.

014. (2024/EXAME NACIONAL DA MAGISTRATURA/MAGISTRADO) Francisco, servidor público titular do cargo efetivo de médico em Município brasileiro, submete-se a novo concurso público e é aprovado dentro do número de vagas oferecidas para o emprego de médico-cirurgião em fundação pública estadual de saúde. Sabendo-se que há compatibilidade de horários para o exercício das duas funções, sobre a cumulação, em tal hipótese, assinale a afirmativa correta.

- a) É lícita, observando-se que o somatório das remunerações respectivas não poderá ultrapassar o limite máximo remuneratório aplicável aos Estados-membros.
- b) É lícita, observando-se que o somatório das remunerações respectivas não poderá ultrapassar o teto remuneratório relativo ao subsídio mensal, em espécie, do Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- c) É lícita, observando-se que o teto remuneratório deve ser considerado em relação à remuneração de cada um dos vínculos, e não ao somatório do que é recebido.
- d) É ilícita, uma vez que a acumulação de cargos, empregos e funções públicas somente é autorizada na esfera do mesmo ente federativo, observando-se o limite máximo de remuneração aplicável ao Chefe do Poder Executivo respectivo.
- e) É ilícita, uma vez que a acumulação de cargos públicos somente é autorizada na esfera da própria Administração Direta, observando-se o teto remuneratório aplicável ao Chefe do Poder Executivo respectivo.



A afirmativa correta é a C. De acordo com o art. 37, XVI, "c" da Constituição Federal, a acumulação de cargos públicos é permitida para dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, desde que haja compatibilidade de horários. No caso de Francisco, como ele é médico e há compatibilidade de horários entre as duas funções (médico no município e médico-cirurgião na fundação pública estadual), a acumulação é lícita. Com relação ao teto remuneratório, este deve ser considerado em relação à remuneração de cada um dos vínculos, e não ao somatório do que é recebido, conforme o entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Letra c.

015. (2024/CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESPÍRITO SANTO/AGENTE FISCAL) Assinale a alternativa que indica corretamente um princípio da administração pública.

- a) Impessoalidade.
- b) Prioridade.
- c) Interatividade.
- d) Culpabilidade.
- e) Asseguridade.



A alternativa correta é A. A impessoalidade é um dos princípios expressos da administração pública previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988. Esse princípio significa que a administração pública deve atuar sem favoritismos, imparcialmente, buscando sempre o interesse público e sem promover a pessoa do agente público.

Letra a.

016. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/TÉCNICO LEGISLATIVO – ÁREA LEGISLATIVA)

A Carta Magna do Brasil de 1988 delinea os fundamentos da Administração Pública. Esses fundamentos, delineados no Art. 37 da Constituição de 1988, formam os alicerces para uma administração pública transparente, responsável e dedicada ao bem-estar da sociedade. Relacione os princípios às respectivas definições.

- 1. Legalidade
- 2. Impessoalidade
- 3. Eficiência
- 4. Moralidade

- () a Administração Pública deve agir consoante com a ideia comum de honestidade.
- () a Administração Pública não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas.
- () a Administração Pública deve alcançar os objetivos com o mínimo de recursos disponíveis e tempo.
- () a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite.

Assinale a opção que indica a relação correta na ordem apresentada.

- a) 1 – 3 – 2 – 4.
- b) 1 – 4 – 2 – 3.
- c) 4 – 1 – 3 – 2.
- d) 4 – 2 – 3 – 1.
- e) 4 – 3 – 2 – 1.



A opção correta é D. A relação correta entre os princípios e suas definições é:

- 4. Moralidade: a Administração Pública deve agir consoante com a ideia comum de honestidade.
- 2. Impessoalidade: a Administração Pública não pode atuar com vistas a prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas.
- 3. Eficiência: a Administração Pública deve alcançar os objetivos com o mínimo de recursos disponíveis e tempo.
- 1. Legalidade: a Administração Pública só pode fazer o que a lei permite.

Esses princípios estão previstos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988 e são pilares fundamentais da Administração Pública no Brasil.

Letra d.

- 017.** (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/TÉCNICO LEGISLATIVO – ÁREA LEGISLATIVA)
- Maria e Joana são servidoras do Estado Alfa, sendo a primeira ocupante de cargo de provimento efetivo e a segunda de cargo em comissão. Ambas tinham interesse em ser nomeadas para o exercício de uma função de confiança, recém-criada pela Lei estadual nº X. À luz da ordem constitucional, é correto afirmar que
- a) ambas podem ser nomeadas.
 - b) apenas Joana pode ser nomeada.
 - c) apenas Maria pode ser nomeada.
 - d) nenhuma das duas pode ser nomeada.
 - e) a nomeação, ou não, de ambas, dependerá da disciplina estabelecida no regime jurídico da categoria.



A alternativa correta é C. De acordo com o artigo 37, inciso V, da Constituição Federal, as funções de confiança, que são aquelas destinadas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, só podem ser exercidas por servidores ocupantes de cargos efetivos. Ou seja, essas funções são restritas a servidores que tenham sido aprovados em concurso público e ocupem cargos de provimento efetivo, como Maria. Joana, por ser ocupante de um cargo em comissão, que é de livre nomeação e exoneração, não pode ser nomeada para o exercício de uma função de confiança, já que estas se destinam exclusivamente a servidores efetivos. Portanto, apenas Maria, que ocupa um cargo de provimento efetivo, pode ser nomeada para a função de confiança.

Letra c.

018. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/TÉCNICO LEGISLATIVO – ÁREA LEGISLATIVA)

Joana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado Alfa, logrou êxito em ser eleita Prefeita do Município Beta. Preocupada com a possibilidade de acumulação dos cargos, Joana consultou um especialista na área, sendo-lhe corretamente esclarecido que ela

a) deverá ser exonerada do cargo de provimento efetivo para tomar posse no cargo eletivo.

b) caso haja compatibilidade de horários, poderá acumular os cargos, recebendo ambas as contraprestações estipendiais.

c) deverá ser afastada do cargo de provimento efetivo ao ser investida no cargo de Prefeito, somente podendo receber o subsídio deste último.

d) ao ser investida no cargo de Prefeito, deve se afastar do cargo de provimento efetivo, mas pode optar pela contraprestação estipendial deste último.

e) a possibilidade, ou não, de acumular os cargos dependerá do disposto na Lei Orgânica do Município Beta e no regime jurídico dos servidores do Estado Alfa.



A alternativa correta é D. Conforme o art. 38, II, da CF/1988, “investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração”. Portanto, Joana deverá se afastar do seu cargo efetivo, podendo optar pela remuneração do seu cargo de origem.

Letra d.

019. (2024/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ/ANALISTA LEGISLATIVO – ÁREA

ADMINISTRADOR) A Constituição Federal de 1988 do Brasil define os princípios da Administração Pública, delineados no Art. 37, como fundamentais para uma gestão transparente, responsável

e voltada para o bem-estar da sociedade como um todo. Assinale a opção que compreende uma característica do princípio da impessoalidade.

- a) Exigência de atender os fins de interesse geral, sendo vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências.
- b) Vedação de conceder direitos de qualquer espécie, criar obrigações ou impor vedações aos administrados.
- c) Proibição de incluir nomes, símbolos ou imagens que caracterizem a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- d) Exigência da ampla divulgação dos atos praticados pela Administração Pública, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.
- e) Imposição a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento funcional.



A alternativa correta é C. O princípio da impessoalidade na Administração Pública busca garantir que as ações do Estado não favoreçam ou prejudiquem pessoas específicas. Ele determina que os atos administrativos sejam voltados para o interesse público, e não para promover o agente que os praticou. A proibição de promover a figura de autoridades ou servidores públicos é uma manifestação desse princípio, assegurando que a Administração atue de forma objetiva e neutra, sem promover indivíduos.

Letra c.

020. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE/TÉCNICO EM MICROINFORMÁTICA) De acordo com o art. 41 da Constituição Federal de 1988, quanto aos servidores públicos, o texto constitucional prevê que:

- a) os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público tornam-se estáveis após dois anos de efetivo exercício.
- b) a demissão do servidor estável, invalidada por sentença judicial, permite sua reintegração e, para o eventual ocupante da vaga, se estável, a recondução ao cargo de origem, com direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- c) o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo, em caso de cargo extinto ou que tenha sido declarado desnecessário.
- d) a avaliação especial de desempenho, realizada por comissão instituída para essa finalidade como condição para a aquisição da estabilidade, é facultativa.



- a) Errada. O prazo para aquisição da estabilidade é de três anos, e não dois.
- b) Errada. O servidor reintegrado, se sua demissão for invalidada, tem o direito de retorno. Porém, se o eventual ocupante da vaga for estável, ele será reconduzido ao cargo de origem ou posto em disponibilidade, sem direito à indenização.
- c) Certa. Conforme o art. 41, § 3º, da Constituição Federal de 1988, o servidor público estável pode ser colocado em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, se o cargo que ocupa for extinto ou declarado desnecessário. Esse mecanismo visa proteger o servidor estável, garantindo que ele não fique totalmente desamparado, aguardando seu eventual aproveitamento em outro cargo compatível.
- d) Errada. A avaliação especial de desempenho é obrigatória, não facultativa, para a aquisição de estabilidade.

Letra c.

021. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE/ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA OFICIAL DE JUSTIÇA) Alude o Direito Constitucional brasileiro que a Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios:

- a) de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e efetividade.
- b) de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
- c) de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- d) de legalidade, impessoalidade, materialidade, publicidade e eficácia.



A alternativa correta é C. Esses princípios estão dispostos no art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988, que estabelece as diretrizes que devem ser seguidas pela Administração Pública em todos os níveis e poderes. Os princípios são definidos da seguinte maneira:

Legalidade: a Administração Pública só pode agir conforme a lei.

Impessoalidade: o ato administrativo deve ser neutro, sem favorecer ou prejudicar pessoas específicas.

Moralidade: os atos administrativos devem observar padrões éticos e morais.

Publicidade: os atos da Administração devem ser amplamente divulgados, garantindo transparência.

Eficiência: a Administração deve buscar alcançar seus objetivos com o uso adequado dos recursos disponíveis.

Letra c.

022. (2024/UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II - ÁREA MATERIAIS) Imputando-se a atuação do agente público ao órgão público que ele representa, e não ao próprio agente público, observa-se o princípio da

- a) moralidade.
- b) eficiência.
- c) impessoalidade.
- d) publicidade.
- e) razoabilidade.



A alternativa correta é C. O princípio da impessoalidade estabelece que a atuação do agente público é atribuída ao órgão ou à entidade que ele representa, e não à pessoa do agente em si. Isso significa que as ações e decisões da Administração Pública devem ser vistas como reflexo do interesse público e não de interesses individuais ou pessoais dos servidores. Esse princípio é fundamental para garantir a neutralidade e a objetividade na atuação do Estado.

Letra c.

023. (2024/COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR/ANALISTA - ÁREA: CIÊNCIA E TECNOLOGIA) A responsabilidade civil do Estado consiste na sua obrigação de reparar economicamente os danos que causar a terceiros no âmbito patrimonial ou moral.



A afirmação está correta. A responsabilidade civil do Estado refere-se à obrigação de reparar danos causados a terceiros em decorrência de ações ou omissões de seus agentes, no exercício de suas funções. Essa responsabilidade pode ser: 1) objetiva: o Estado é responsável independentemente de culpa, ou seja, mesmo que não haja dolo ou negligência por parte do agente público, o Estado deve indenizar as vítimas se houver dano decorrente da atividade administrativa; 2) subjetiva: o Estado é responsabilizado apenas quando há culpa ou dolo do agente público. Nesse caso, a vítima precisaria provar a falha na atuação do servidor. A responsabilidade civil do Estado está prevista na Constituição Federal, especificamente no artigo 37, § 6º, que estabelece a responsabilidade objetiva do Estado por danos causados por ações de seus agentes, no exercício de suas funções. Diz a norma constitucional em questão que "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa".

Certo.

024. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ/TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA: ADMINISTRATIVA)

Quando a função administrativa é exercida com presteza e rendimento funcional, alcançando resultados positivos para o exercício das respectivas atribuições, de modo satisfatório para a coletividade, tem-se o atendimento de determinado princípio expresso no Art. 37, caput, da Constituição da República. Trata-se do princípio da:

- a) eficácia;
- b) eficiência;
- c) publicidade;
- d) operabilidade;
- e) economicidade.



A opção correta é B. O princípio da eficiência, conforme estabelecido no caput do art. 37 da Constituição Federal de 1988, refere-se à obrigação da Administração Pública de atuar de maneira a maximizar os resultados e utilizar os recursos disponíveis da melhor forma possível. Isso implica em realizar suas atividades com presteza, rendimento funcional e com o objetivo de atender de maneira satisfatória às necessidades da coletividade.

Letra b.

025. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ/ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA EXECUÇÃO DE

MANDADOS) Maria, oficial da Polícia Militar no Estado Beta, iniciou estudos com o objetivo de ser aprovada em outro concurso público, de modo a aumentar a sua renda. No decorrer dos seus estudos, superou uma antiga dúvida em relação à possibilidade, ou não, de vir a ocupar um cargo público de provimento efetivo junto à Administração Pública enquanto militar estadual da ativa. Maria concluiu, corretamente, que:

- a) a acumulação pretendida é vedada enquanto estiver na ativa;
- b) a acumulação pretendida é admitida desde que ocorra no âmbito do Estado Beta;
- c) as regras gerais de acumulação afetas à generalidade dos servidores públicos são aplicadas aos militares estaduais, com prevalência da atividade militar;
- d) os militares federais podem acumular cargos públicos, não os estaduais, mas deve haver compatibilidade de horários e prevalência da atividade militar;
- e) a acumulação pressupõe que o outro cargo tenha natureza militar, no âmbito do Estado Beta, ou das Forças Armadas, observada a compatibilidade de horários e o teto remuneratório.



Considerando o que diz o art. 42 da Constituição Federal, a afirmação correta sobre a possibilidade de Maria, oficial da Polícia Militar no Estado Beta, acumular cargos públicos de provimento efetivo enquanto estiver na ativa é: c) As regras gerais de acumulação afetas à generalidade dos servidores públicos são aplicadas aos militares estaduais, com prevalência da atividade militar. O art. 42 da CF estabelece que os membros das Polícias

Militares e Corpos de Bombeiros Militares são militares dos Estados e que se aplicam a eles as disposições relacionadas a servidores públicos, observando sempre a prevalência da atividade militar. Assim, os militares estaduais, como Maria, podem acumular cargos públicos, na forma do art. 37, XVI, da CF/1988, desde que haja compatibilidade de horários e que a atividade militar seja priorizada.

Letra c.

026. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ/ANALISTA JUDICIÁRIO – PSICÓLOGO) Nair, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo, logrou ser eleita vereadora no município em que é domiciliada. Preocupada com a possibilidade de conciliar o cargo público com a vereança, analisou os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, tendo concluído corretamente que:

- a) deve ser afastada do cargo de provimento efetivo durante o mandato;
- b) deve optar por um ou outro, pois a acumulação de cargos públicos é vedada;
- c) deve receber a contraprestação estipendial correspondente a ambos, caso acumule os cargos;
- d) pode acumular ambos os cargos caso tenha obtido a estabilidade no cargo de provimento efetivo;
- e) tem o direito subjetivo de acumular os cargos, independentemente do cumprimento de qualquer requisito específico.



A alternativa correta é C. De acordo com o art. 38, III, da Constituição Federal de 1988, se houver compatibilidade de horários, o servidor público eleito para o mandato de vereador poderá acumular o cargo efetivo com o mandato, percebendo a remuneração dos dois cargos. Caso contrário, se não houver compatibilidade de horários, o servidor será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pelo subsídio de vereador ou por sua remuneração de origem.

Letra c.

027. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE/TÉCNICO JUDICIÁRIO) Em relação aos servidores públicos, a Constituição Federal estabelece que:

- a) a remuneração dos membros de Poder deve ser feita preferencialmente através de subsídio, sendo facultado, o acréscimo de outras espécies remuneratórias.
- b) a formação e o aperfeiçoamento funcional do servidor público, mediante a participação em cursos, constitui-se como um dos requisitos para a promoção na carreira.

- c) a incorporação à remuneração do cargo efetivo, pelo servidor público, de vantagens oriundas de função de confiança é permitida após seu efetivo exercício por 5 anos.
- d) a acumulação remunerada de cargos públicos é proibida em qualquer hipótese, mesmo quando houver compatibilidade de horários.



A alternativa correta é B.

- a) Errada. Conforme o art. 39, § 4º, da CF/1988, “O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória”.
- b) Certa. Conforme o art. 39, § 2º, da CF/1988, a formação e aperfeiçoamento do servidor público são requisitos importantes para a promoção na carreira. Segundo a norma citada, “A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados”.
- c) Errada. Segundo o art. 39, § 9º, da CF/1988 “É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo”.
- d) Errada. A Constituição permite a acumulação de cargos em certas hipóteses, como cargos de professor ou de profissionais da saúde, desde que haja compatibilidade de horários (art. 37, XVI, da CF/1988).

Letra b.

028. (2024/TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE/TÉCNICO JUDICIÁRIO) À luz do § 6º do artigo 37 da Constituição Federal:

- a) o Estado é responsável pelos atos de seus agentes que, nessa qualidade, causem danos a terceiros, baseando-se na teoria da culpa administrativa.
- b) a responsabilidade civil do Estado, por ser sempre objetiva, exige, para fins indenizatórios, a comprovação de dolo ou culpa do agente causador do dano.
- c) o Estado só responde civilmente por atos omissivos, não havendo que se falar em sua responsabilização em casos de atos comissivos.
- d) o Estado é responsável pelos danos causados por seus agentes a terceiros, independentemente da existência de culpa, baseando-se na teoria do risco administrativo.



A alternativa D está correta.

As demais alternativas estão incorretas. Vejamos:

- a) Errada. A teoria da culpa administrativa não é aplicada para a responsabilidade civil do Estado, que segue a teoria do risco administrativo, mais ampla e objetiva.
- b) Errada. A responsabilidade do Estado é objetiva, ou seja, não exige comprovação de dolo ou culpa do agente, apenas o dano e o nexo causal.
- c) Errada. O Estado pode ser responsabilizado tanto por atos comissivos (ações) quanto por atos omissivos (quando há omissão no cumprimento de um dever). Nos atos omissivos, a responsabilidade costuma ser subjetiva, exigindo a comprovação de dolo ou culpa.
- d) Certa. De acordo com o § 6º do art. 37 da Constituição Federal de 1988, o Estado responde pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, independentemente de culpa, com base na teoria do risco administrativo. Isso significa que, para fins de indenização, não é necessária a comprovação de dolo ou culpa do agente público. Basta a comprovação do dano e do nexo causal entre o ato do agente e o prejuízo causado.

Letra d.

029. (2024/CÂMARA DE JABOTICABAL – SP/ASSISTENTE) Uma Câmara Municipal dá publicidade a seus trabalhos com intuito educativo, informativo ou de orientação social, sem caracterizar promoção pessoal de quaisquer agentes públicos, observando princípios constitucionais explícitos, tais como

- a) legalidade, impessoalidade e moralidade.
- b) legalidade, publicidade e autotutela.
- c) impessoalidade, motivação e proporcionalidade.
- d) moralidade, razoabilidade e boa-fé.
- e) supremacia do interesse público, proporcionalidade e indisponibilidade do interesse público.



A alternativa A está correta. A Câmara Municipal, ao dar publicidade aos seus trabalhos com intuito educativo, informativo ou de orientação social, deve observar os princípios constitucionais explícitos no artigo 37, “caput”, da Constituição Federal, dentre eles: 1) legalidade: a administração pública deve agir estritamente conforme a lei; 2) impessoalidade: os atos administrativos não podem beneficiar ou prejudicar indivíduos específicos e devem ser dirigidos ao interesse público; 3) moralidade: as ações devem seguir padrões éticos, de boa-fé e transparência, respeitando a probidade administrativa.

Letra a.

030. (2024/Conselho Regional de Enfermagem de Pernambuco/Enfermeiro Fiscal) Leia as afirmativas abaixo. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, ainda, ao seguinte:

I – os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

II – o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

III – é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

IV – os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Estão corretas apenas as afirmativas:

a) I e III.

b) II e IV.

c) I, II e III.

d) II, III e IV

e) Todas.



A alternativa E é a correta, pois todas as afirmativas estão de acordo com a Constituição Federal de 1988:

I. Certa. O artigo 37, inciso I, da Constituição Federal, determina que os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

II. Certa. O artigo 37, inciso III, da Constituição Federal, estabelece que o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.

III. Certa. O artigo 37, inciso VI, da Constituição Federal, garante ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

IV. Certa. O artigo 37, inciso XII, da Constituição Federal, prevê que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não podem ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Letra e.

031. (2024/PREFEITURA SAPEZAL – MT/FISCAL DE OBRAS E POSTURAS) A Constituição Federal de 1988 veda a acumulação remunerada de cargos públicos, porém há algumas exceções. Assim, de acordo com a Constituição, haveria possibilidade de se acumularem, no Município de Sapezal, os cargos de:

- a) Fiscal de Obras e Posturas e Técnico em Informática
- b) Fiscal de Obras e Posturas e Fiscal de Tributos
- c) Fiscal de Tributos e Contador
- d) Médico e Professor



A Constituição Federal de 1988, no artigo 37, inciso XVI, veda a acumulação remunerada de cargos públicos, salvo, havendo compatibilidade de horários, nas seguintes exceções: dois cargos de professor; um cargo de professor com outro de qualquer natureza; dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. Diante disso, a única alternativa que apresenta cargos acumuláveis de acordo com a Constituição Federal é a alternativa D: Médico e Professor. Essa combinação se encaixa na possibilidade de acumulação de um cargo de professor com outro cargo público de qualquer natureza, como o cargo de médico.

Letra d.

032. (2024/PREFEITURA SAPEZAL – MT/FISCAL DE OBRAS E POSTURAS) A Constituição Federal de 1988 prevê a estabilidade dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público:

- a) imediatamente após a sua nomeação para o cargo
- b) após 1 (um) ano de efetivo exercício de suas atividades
- c) após 2 (dois) anos de efetivo exercício de suas atividades
- d) após 3 (três) anos de efetivo exercício de suas atividades



A Constituição Federal de 1988, no artigo 41, “caput”, prevê que o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade após 3 (três) anos de efetivo exercício. Portanto, a resposta correta é a alternativa D: após 3 (três) anos de efetivo exercício de suas atividades.

Letra d.

033. (2024/PREFEITURA SAPEZAL – MT/FISCAL DE OBRAS E POSTURAS) O princípio do direito administrativo que impõe a necessidade de adoção, pelo administrador, de critérios técnicos e profissionais, que assegurem o melhor resultado possível, é denominado de:

- a) eficiência
- b) legalidade
- c) moralidade
- d) impessoalidade



O princípio do direito administrativo que impõe a necessidade de adoção de critérios técnicos e profissionais, visando assegurar o melhor resultado possível na administração pública, é denominado princípio da eficiência. Portanto, a resposta correta é a alternativa A.

Letra a.

034. (2024/PREFEITURA SAPEZAL – MT/FISCAL DE MEIO AMBIENTE) Um dos princípios que regem a Administração Pública impõe ao administrador agir de maneira ética, com probidade, considerando que o interesse público se sobrepõe ao interesse particular. A acumulação ilícita de dois cargos públicos é um bom exemplo de afronta ao princípio da:

- a) impessoalidade
- b) moralidade
- c) legalidade
- d) eficiência



A acumulação ilícita de dois cargos públicos afronta o princípio da moralidade, que exige que os administradores públicos ajam com ética, probidade e em conformidade com os padrões de honestidade e boa conduta, sempre colocando o interesse público acima do particular. A resposta correta é a alternativa B.

Letra b.

035. (2024/PREFEITURA DE VILA VELHA – ES/AGENTE COMBATE À ENDEMIAS) O Art. 37 da Constituição Federal (1988) estabelece que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e _____.

A lacuna acima é corretamente preenchida por:

- a) eficácia.
- b) transparência.
- c) justiça.
- d) eficiência.
- e) previsibilidade.



A lacuna no art. 37 da Constituição Federal (1988) é corretamente preenchida por D. Portanto, a frase completa fica: “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.”

Letra d.

036. (2024/INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ACRE/ ADMINISTRADOR) Considerando o princípio da impessoalidade na administração pública, analise as alternativas a seguir e identifique aquela que melhor representa uma aplicação correta desse princípio no contexto administrativo.

- a) Em uma campanha de saúde pública, são utilizados imagens e nomes de políticos locais para promover a iniciativa.
- b) Um gestor público prioriza projetos de infraestrutura em áreas onde obteve maior votação nas últimas eleições.
- c) Uma prefeitura realiza a nomeação de cargos comissionados baseando-se exclusivamente em critérios técnicos e méritos profissionais.
- d) Uma licitação é conduzida dando preferência a empresas de conhecidos dos membros da comissão de licitação.



A alternativa que melhor representa uma aplicação correta do princípio da impessoalidade no contexto administrativo é a C. Essa opção demonstra que as decisões são tomadas com base em critérios objetivos, em vez de favorecer indivíduos com base em relacionamentos pessoais ou políticos, respeitando assim o princípio da impessoalidade. As demais alternativas violam esse princípio ao favorecer interesses pessoais ou políticos.

Letra c.

037. (2024/CÂMARA DE OLINDA – PE/TÉCNICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) Em casos de lesões graves sofridas por pacientes em hospitais públicos devido à negligência dos profissionais de saúde, o Estado pode ser responsabilizado civilmente, tendo o dever de garantir a segurança e a qualidade dos serviços públicos de saúde oferecidos à população.



A afirmação está correta e se fundamenta na responsabilidade civil do Estado, que é objetiva, conforme previsto no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal de 1988. Isso significa que o Estado pode ser responsabilizado independentemente de culpa, ou seja, não é necessário provar que houve negligência, imprudência ou imperícia por parte dos profissionais de saúde. Importante mencionar que no escopo da responsabilidade objetiva, o Estado é responsável pelos danos causados por seus agentes a terceiros, independentemente da existência de culpa, em razão da teoria do risco administrativo.

Certo.

038. (2024/CÂMARA DE OLINDA – PE/TÉCNICO – ÁREA ADMINISTRATIVA) A responsabilidade civil do Estado é aplicável apenas em situações nas quais houve a intenção explícita de causar dano por parte dos agentes públicos, excluindo casos de negligência ou imprudência.



A afirmação está incorreta. A responsabilidade civil do Estado, conforme estabelecido no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal de 1988, é objetiva, o que significa que o Estado pode ser responsabilizado por danos causados a terceiros independentemente de culpa, isto é, não é necessário provar a intenção de causar dano (dolo) ou mesmo a negligência, imprudência ou imperícia (culpa) dos agentes públicos. O fundamento da responsabilidade civil do Estado é a teoria do risco administrativo, que afirma que o Estado deve arcar com os danos que seus atos causarem a terceiros, independentemente de ter agido com culpa ou dolo. Essa responsabilidade se aplica a atos comissivos (ações) e omissivos (falta de ação), abrangendo não apenas situações em que houve intenção de causar dano, mas também aquelas em que houve falha na prestação do serviço público, como negligência ou imprudência. Embora a regra geral seja a responsabilidade objetiva, existem algumas situações específicas em que o Estado pode se eximir da responsabilidade, como em casos de força maior ou culpa exclusiva da vítima. Portanto, a responsabilidade civil do Estado se aplica em casos de lesão a direitos de terceiros, independentemente de haver ou não intenção de causar dano, abrangendo inclusive situações de negligência e imprudência.

Errado.

039. (2024/AUTARQUIA MUNICIPAL DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA À SAÚDE DOS SERVIDORES – PE/ASSISTENTE DE PREVIDÊNCIA – ÁREA: ASSISTÊNCIA À SAÚDE) Dentre os princípios da Administração Pública, assinale a alternativa incorreta.

- a) Legalidade
- b) Impessoalidade
- c) Eficiência
- d) Publicidade
- e) Imoralidade



A alternativa incorreta é E. Os princípios da Administração Pública, conforme estabelecido no artigo 37, “caput”, da Constituição Federal de 1988, incluem:

- 1) Legalidade: a Administração Pública deve agir conforme a lei.
- 2) Impessoalidade: os atos administrativos devem ser praticados sem favorecimento ou discriminação.

3) Moralidade: impõe à Administração a necessidade de agir eticamente e com probidade, respeitando o interesse público.

4) Eficiência: a Administração Pública deve buscar o melhor resultado possível com os recursos disponíveis.

5) Publicidade: os atos administrativos devem ser transparentes, garantindo o conhecimento da sociedade.

Letra e.

040. (2024/MINAS GERAIS ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS S.A) /TÉCNICO CONTÁBIL) O art. 37 da Constituição Federal prevê que “a Administração Pública, direta e indireta, de quaisquer dos Poderes da União, do Distrito Federal e dos Municípios, deve obedecer aos princípios que a regem.” (CFB, art.37, 1988). Compreendendo que tais princípios envolvem padrões de conduta sobre a administração e orçamento públicos, assinale a alternativa correta.

a) Pelo Princípio da Publicidade, as autoridades devem ter seus nomes protegidos e suas ações em segredo evitando serem expostos aos contribuintes e eleitores

b) Pelo Princípio da Eficiência, é que os agentes públicos realizam cursos, seminários, simpósios, bem como primam pela racionalização dos recursos públicos com o objetivo de alcançar resultados positivos nos indicadores dos programas sociais

c) Pelo Princípio da Legalidade, o administrador público é sujeito aos mandamentos da lei, contudo, não há punição caso a conduta do agente violar a lei visando oferecer vantagem a si ou a outrem de seu convívio

d) Pelo Princípio da Impessoalidade, o agente público não deverá priorizar atendimento a gestantes, idosos e pessoas com deficiência haja vista que essa atitude de privilegiar pessoas é proibida



A alternativa correta é B.

a) Errada. O Princípio da Publicidade exige que os atos administrativos sejam transparentes e acessíveis ao público, e não que sejam mantidos em segredo. Este princípio visa garantir que os cidadãos tenham conhecimento das ações do governo.

b) Certa. Pelo Princípio da Eficiência, é que os agentes públicos realizam cursos, seminários, simpósios, bem como primam pela racionalização dos recursos públicos com o objetivo de alcançar resultados positivos nos indicadores dos programas sociais.

c) Errada. O Princípio da Legalidade estabelece que a administração pública deve atuar estritamente conforme a lei. A violação da lei, mesmo que visando a vantagem de alguém, pode resultar em sanções e punições para o agente público.

d) Errada. O Princípio da Impessoalidade determina que os atos administrativos não devem beneficiar ou prejudicar pessoas específicas. No entanto, o atendimento prioritário a grupos como gestantes, idosos e pessoas com deficiência é uma exceção que visa proteger direitos de indivíduos em situação de vulnerabilidade, sendo, portanto, permitido.

Letra b.

041. (2024/INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE ESTEIO – RS/ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Com base nas disposições do Art. 41 da Constituição Federal vigente, analise as seguintes assertivas:

I. São estáveis após quatro anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

II. O servidor público estável só perderá o cargo, entre outras formas, mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

III. Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele readaptado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

Quais estão corretas?

- a) Apenas II.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.



A alternativa correta é A.

Análise das assertivas:

I. Errada. De acordo com o art. 41, “caput”, da Constituição Federal, a estabilidade dos servidores nomeados para cargo de provimento efetivo ocorre após três anos de efetivo exercício, e não quatro anos.

II. Certa. O servidor público estável só perderá o cargo em hipóteses previstas na Constituição Federal, como por sentença judicial transitada em julgado, mediante processo administrativo assegurada ampla defesa ou mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, conforme estipulado em lei complementar, também assegurada a ampla defesa (art. 41, § 1º).

III. Errada. Se a demissão do servidor estável for invalidada por sentença judicial, ele será reintegrado (e não readaptado), com o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço (art. 41, § 2º).

Letra a.

042. (2024/PREFEITURA DE TUPARETAMA – PE/AUXILIAR ADMINISTRATIVO) Dentro dos princípios fundamentais da Administração Pública, o princípio da impessoalidade indica que o administrador público deve priorizar o atendimento das necessidades pessoais dos governantes e políticos em detrimento do interesse público, assegurando assim a lealdade política e a governabilidade.



A afirmação está incorreta. O princípio da impessoalidade determina que o administrador público deve atuar em prol do interesse público e não em favor de interesses pessoais ou políticos. Esse princípio assegura que as ações da Administração Pública sejam neutras, objetivas e sem favorecimento a indivíduos específicos, sejam eles governantes, políticos ou qualquer outra pessoa. A impessoalidade também proíbe a promoção pessoal de agentes públicos por meio de obras, serviços, campanhas ou projetos realizados pela administração. As decisões devem ser guiadas pelo interesse coletivo, e não por lealdades políticas ou vantagens particulares.

Errado.

043. (2024/PREFEITURA DE TUPARETAMA – PE/AUXILIAR ADMINISTRATIVO) O Princípio da Publicidade, um dos pilares da Administração Pública, assegura que as ações do governo sejam divulgadas de maneira oficial para garantir a transparência e permitir o controle social.



Sim, o princípio da publicidade é fundamental na Administração Pública e visa assegurar a transparência dos atos administrativos, permitindo que os cidadãos tenham acesso às informações sobre as ações do governo. Esse princípio garante que os atos, contratos, decisões e demais medidas da administração sejam devidamente divulgados por meios oficiais, facilitando o controle social e possibilitando a fiscalização por parte da sociedade e órgãos competentes. A publicidade também é essencial para a legitimidade dos atos administrativos, assegurando que eles sejam amplamente conhecidos e acessíveis, exceto nas situações de sigilo, como questões de segurança nacional (art. 5º, XXXIII, parte final).

Certo.

044. (2024/FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS/ANALISTA - ÁREA JURÍDICA) O direito de petição aos poderes públicos, previsto na Constituição Federal de 1988, em que o indivíduo pode dirigir-se aos órgãos administrativos para postular a defesa de direitos é considerado um instrumento jurídico concretizador do princípio da

- a) precaução.
- b) indisponibilidade.
- c) moralidade.
- d) publicidade.
- e) autotutela.



O direito de petição aos poderes públicos, previsto no artigo 5º, inciso XXXIV, alínea "a", da Constituição Federal de 1988, é um importante instrumento jurídico que permite ao indivíduo dirigir-se aos órgãos administrativos para postular a defesa de seus direitos ou contra abusos e ilegalidades. Esse direito concretiza o princípio da publicidade, uma vez que garante a transparência e o acesso à informação nas relações entre a administração pública e os cidadãos. Portanto, a alternativa correta é: d) Publicidade.

Letra d.

045. (2024/INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL/ADVOGADO) No que concerne ao tema da "Administração Pública", assinale a alternativa incorreta.

- a) é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical
- b) as funções de confiança, exercidas por particulares nomeados para o seu exercício, destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento
- c) a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.
- d) a lei deve estabelecer os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público
- e) os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei



a) Certa. O direito à livre associação sindical é garantido ao servidor público civil (art. 37, VI, da CF/1988).

b) Errada. Porque funções de confiança não podem ser exercidas por particulares. De acordo com o artigo 37, inciso V, da Constituição Federal de 1988, essas funções são exclusivas de servidores ocupantes de cargo efetivo, sendo destinadas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

- c) Certa. A administração fazendária e seus servidores fiscais têm precedência nas suas áreas de competência (art. 37, XVIII, da CF/1988).
- d) Certa. A lei deve prever os casos de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária (art. 37, IX, da CF/1988).
- e) Certa. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros, conforme a lei (art. 37, I, da CF/1988).

Letra b.

046. (2024/PREFEITURA DE JARI – RS/CONTADOR) Em relação aos princípios fundamentais da Administração Pública, analise as definições a seguir:

I. Legalidade – esse princípio evita que a Administração Pública se distancie da moral e obriga que a atividade administrativa seja pautada não só pela lei, mas também pela boa-fé, lealdade e probidade.

II. Impessoalidade – em sua essência, diz respeito à necessidade de o Estado agir de modo imparcial perante terceiros, não podendo beneficiar nem causar danos a pessoas específicas, mas sempre buscando chegar à comunidade ou a um grupo amplo de cidadãos.

III. Moralidade – significa que a Administração Pública está sujeita aos princípios legais, ou seja, as leis ou normas administrativas contidas na Constituição. À Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza.

IV. Publicidade – o princípio da publicidade é requisito da eficácia e da moralidade. Sendo assim, todo ato administrativo deverá ser publicado, com exceção dos que possuem sigilo nos casos de segurança nacional, investigações policiais ou de interesse superior da Administração, conforme previsto na lei.

Quais estão INCORRETAS?

- a) Apenas I.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas II e IV.
- d) Apenas III e IV.
- e) I, II, III e IV.



A resposta correta é B:

I. Legalidade: A definição está incorreta, pois descreve aspectos relacionados ao princípio da moralidade (boa-fé, lealdade, probidade). O princípio da legalidade impõe que a Administração Pública só pode agir conforme a lei, ou seja, deve estritamente seguir o que está estabelecido em normas legais, não podendo realizar ações que não estejam autorizadas por lei.

II. Impessoalidade: Esta afirmação está correta, pois o princípio da impessoalidade exige que o Estado atue de maneira imparcial, buscando o interesse público, sem beneficiar ou prejudicar indivíduos específicos.

III. Moralidade: A definição está incorreta, pois descreve o conceito de legalidade. O princípio da moralidade refere-se ao dever de agir de acordo com padrões éticos e de probidade, indo além da mera obediência à lei, e impõe que as ações administrativas sejam feitas de acordo com a ética e a honestidade.

IV. Publicidade: Esta afirmação está correta, pois o princípio da publicidade requer que os atos administrativos sejam divulgados, garantindo transparência. No entanto, existem exceções, como nos casos de sigilo por razões de segurança nacional, por exemplo.

Letra b.

047. (2024/PREFEITURA DE FLORAÍ – PR/RECEPCIONISTA) Leia o trecho e assinale a alternativa que preencha a lacuna abaixo corretamente: “O princípio da _____ passa a ser aplicado no jurídico com a plena decisão de manter os interesses públicos gerais garantidos em pé de igualdade e imparcialidade, estabelecendo que as administrações não vão agir com represálias, fins políticos e partidários e desrespeitar o ser humano por suas particularidades.” (Fonte: <https://blog.grancursosonline.com.br/principio-da-impessoalidade/>)

- a) Eficiência.
- b) Autotutela.
- c) Impessoalidade.
- d) Motivação.
- e) Preparação.



A alternativa correta é C. O princípio da impessoalidade estabelece que a Administração Pública deve agir de maneira imparcial, sem beneficiar ou prejudicar indivíduos específicos, garantindo que suas ações sejam voltadas ao interesse público. Isso significa que os atos administrativos não podem ser influenciados por motivos pessoais, políticos ou partidários, mas sim devem buscar a igualdade e a justiça em suas decisões.

Letra c.

048. (2024/PREFEITURA DE LORENA – SP/ANALISTA – ÁREA: CONTRATOS E LICITAÇÕES) Considerando o disposto na Constituição Federal acerca do regime jurídico e responsabilidade dos servidores públicos, é CORRETO dizer que os atos de improbidade administrativa por estes cometidos poderão importar em:

- a) suspensão dos direitos políticos, multa e perda da função pública, apenas, sem prejuízo da ação penal cabível.
- b) multa, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, apenas, sem prejuízo da ação penal cabível.
- c) suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.
- d) multa, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, apenas, vedada a cumulação da pretensão de aplicação de sanção por ato de improbidade administrativa e da ação penal cabível se versarem sobre a mesma conduta.
- e) suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, vedada a cumulação da pretensão de aplicação de sanção por ato de improbidade administrativa e da ação penal cabível se versarem sobre a mesma conduta.



A alternativa correta é C. De acordo com o art. 37, § 4º, da Constituição Federal de 1988, os atos de improbidade administrativa podem acarretar as seguintes consequências para o servidor: suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário. Essas sanções podem ser aplicadas sem prejuízo da ação penal cabível, ou seja, a responsabilização administrativa e civil não exclui a possibilidade de uma responsabilização penal, caso o ato também configure crime.

Letra c.

049. (2024/PREFEITURA DE MANAUS – AM/GUARDA MUNICIPAL) O artigo 37, caput, da Constituição Federal (CF), traz princípios expressos aplicáveis à Administração Pública. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresente corretamente um princípio expresso da Administração Pública previsto na CF:

- a) Investidura
- b) Greve
- c) Improbidade
- d) Eficiência
- e) Anterioridade



A alternativa correta é D. O princípio da eficiência é um dos princípios expressamente previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988, que estabelece que a Administração Pública, direta e indireta, de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O princípio da eficiência exige que os serviços públicos sejam

prestados de maneira rápida, econômica e com a melhor qualidade possível, visando sempre o interesse público.

Letra d.

050. (2024/POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO/AGENTE DE POLÍCIA) À luz da CF e da jurisprudência do STF, julgue os seguintes itens.

I. Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

II. Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos estrangeiros, na forma da lei.

III. A administração pública pode anular os próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.



A opção correta é E. Analisando os itens:

I. Certo. O art. 37, § 4º, da Constituição Federal prevê que os atos de improbidade administrativa importam suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, conforme as sanções e gradações estabelecidas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

II. Certo. O art. 37, I, da Constituição estabelece que os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos previstos em lei e também aos estrangeiros, na forma da lei.

III. Certo. A administração pública tem o poder de anular seus próprios atos quando há ilegalidade (princípio da autotutela) e pode revogá-los por motivos de conveniência e oportunidade, conforme a Súmula 473 do STF.

Letra e.

051. (2024/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO/PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA INFANTIL) Cidadãos que ocupam cargos públicos no país devem obedecer a normas específicas, tais como as estabelecidas pela Constituição da República Federativa do Brasil (de 1988) em suas disposições gerais para a administração pública. A esse respeito, de acordo

com o inciso XVI do artigo 37 do referido documento, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto em caso de

- a) dois cargos técnicos ou científicos, independentemente da distribuição de horários.
- b) dois cargos de professor, quando houver compatibilidade de horários.
- c) um cargo de professor e um cargo técnico, quando houver sobreposição de horários.
- d) um cargo de professor e um cargo de gestão, quando houver sobreposição de horários.
- e) dois cargos de gestão, quando houver compatibilidade de horários.



A alternativa correta é B. De acordo com o art. 37, XVI, da Constituição Federal de 1988, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto nos seguintes casos, desde que haja compatibilidade de horários: dois cargos de professor; um cargo de professor com outro de qualquer natureza; dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. Portanto, a acumulação de dois cargos de professor é permitida, desde que exista compatibilidade de horários.

Letra b.

052. (2024/CORPO DE BOMBEIRO MILITAR DE PERNAMBUCO/SOLDADO) Assinale a alternativa correta, de acordo com o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil sobre a Administração Pública (Capítulo VII).

- a) O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- b) Os cargos em comissão, exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, serão preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei.
- c) A proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicos não abrange autarquias ou fundações públicas de direito público.
- d) A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- e) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário.



- a) Errada. O prazo de validade do concurso público será de até três anos, prorrogável uma vez, por igual período. Errado.: o art. 37, III, da Constituição estabelece que o prazo de validade de um concurso público será de até dois anos, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.
- b) Errada. Os cargos em comissão, exercidos exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, serão preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei. Errado.: O art. 37, V, da Constituição Federal prevê que cargos em

comissão são de livre nomeação e exoneração, e devem ser destinados apenas às funções de direção, chefia e assessoramento. A norma menciona que um percentual mínimo desses cargos deve ser preenchido por servidores de carreira, mas não exige que todos os cargos em comissão sejam exercidos exclusivamente por servidores de cargo efetivo, como sugere a alternativa.

c) Errada. A proibição de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicos não abrange autarquias ou fundações públicas de direito público. Errado.: o art. 37, incs. XVI e XVII, da Constituição Federal estabelece que a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos se aplica a todos os órgãos e entidades da administração direta e indireta, incluindo autarquias e fundações públicas. Logo, essa proibição abrange sim essas entidades.

d) Certa. De acordo com o art. 37, IX, da Constituição Federal de 1988, a Administração Pública pode realizar contratações temporárias para atender a necessidades de excepcional interesse público, desde que isso seja regulado por lei.

à luz da Constituição Federal:

e) Errada. Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Executivo não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Judiciário. Errado.: O art. 37, XII, da Constituição Federal, estabelece que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Letra d.

053. (2022/PREFEITURA DE LARANJAL PAULISTA-SP/GUARDA CIVIL MUNICIPAL) Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições, excetuando:

a) tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

b) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe obrigatório optar pela sua remuneração;

c) investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

c) investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior deste artigo de lei;

d) em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.



De acordo com o art. 38, II, da CF/1988, “ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: [...]”

investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe **facultado** optar pela sua remuneração”.

Letra b.

054. (2022/CRT-03/ANALISTA ADMINISTRATIVO) A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.



Conforme o art. 37, XVIII, da CF/1988, “a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei”.

Certo.

055. (2022/CRT-03/ANALISTA ADMINISTRATIVO) É vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público.



Segundo o art. 37, XIII, da CF/1988, “é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público”.

Certo.

056. (2022/CRT-03/TÉCNICO ADMINISTRATIVO) O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 anos de idade ou aos 75 anos de idade, na forma de lei complementar.



De acordo com o art. 40, § 1º, II, da CF/1988, “O servidor abrangido por regime próprio de previdência social será aposentado compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar”.

Certo.

057. (2022/CRT-03/TÉCNICO ADMINISTRATIVO) Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.



É o que determina o art. 37, XII, da CF/1988, segundo o qual “os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo”.

Certo.

- 058.** (2022/TRT-14ª REGIÃO/RO E AC/ANALISTA JUDICIÁRIO/ÁREA JUDICIÁRIA) Nos termos da Constituição Federal, invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem,
- a) com direito a indenização ou aproveitado em outro cargo, não podendo ser posto em disponibilidade, sob pena de ferir a estabilidade prevista constitucionalmente
 - b) com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
 - c) sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração integral.
 - d) com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração integral.
 - e) sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.



Conforme o art. 41, § 2º, da CF/1988, “invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, **sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço**”.

Letra e.

- 059.** (2022/PGM RECIFE-PE/PROCURADOR JUDICIAL MUNICIPAL) De acordo com as regras da CF em relação aos servidores públicos,
- a) estrangeiros não podem ocupar cargo público no Brasil.
 - b) a proibição de acumular cargos públicos não alcança a administração pública indireta.
 - c) o padrão máximo de vencimentos é a remuneração paga no Poder Executivo.
 - d) concursos públicos têm prazo de validade bienal, improrrogável.
 - e) os trabalhadores dos conselhos de fiscalização profissional devem submeter-se ao regime estatutário.



Conforme o art. 37, XII, da CF/1988, “os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário **não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo**”.

Letra c.

060. (2022/PGE-ES/RESIDÊNCIA JURÍDICA) Segundo a Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, EXCETO, quando houver compatibilidade de horários, nos seguintes casos:

- a) Dois cargos de professor e um de militar das forças armadas.
- b) Um cargo de professor com outro de integrante das forças de segurança pública.
- c) Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- d) Dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde e a de um de militar das forças armadas.



De acordo com o art. 37, XVI, da CF/1988, "é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro de qualquer natureza; c) **a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas**".

Letra c.

061. (2022/PREFEITURA DE AMPARO-SP/ASSESSOR TÉCNICO JURÍDICO) Define o art. 37 da Constituição Federal de 1988, como sanções aplicáveis aos agentes praticantes de ato de improbidade administrativa, exceto:

- a) a indisponibilidade dos bens.
- b) a perda da função pública.
- c) o ressarcimento ao erário.
- d) a prisão civil do agente público.
- e) a suspensão dos direitos políticos.



Segundo o art. 37, § 4º, da CF/1988, "os atos de improbidade administrativa importarão **a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário**, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível".

Letra d.

062. (2022/INSS/TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL) Servidor público da administração indireta investido no mandato de vereador poderá acumular as vantagens do emprego com a remuneração do cargo eletivo, se houver compatibilidade de horários.



De acordo com o art. 38, III, da CF/1988, “ao **servidor público** da administração direta, **autárquica e fundacional**, no exercício de mandato eletivo, **investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo**, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior (que é a situação do Prefeito)”.
Certo.

063. (2022/INSS/TÉCNICO DO SEGURO SOCIAL) É vedado a estrangeiros o acesso a cargos públicos.



Em respeito ao art. 37, I, da CF/1988, “os **cargos**, empregos e funções públicas são **acessíveis** aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, **assim como aos estrangeiros, na forma da lei**”.

Errado.

064. (2022/TRT-14ª REGIÃO/RO E AC/TÉCNICO JUDICIÁRIO/ÁREA ADMINISTRATIVA) Segundo a Constituição Federal, o servidor público nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público

- a) não poderá acumular nenhum outro cargo público remunerado, ainda que haja compatibilidade de horários, sendo que essa proibição não abrange as sociedades de economia mista.
- b) é estável, quanto ao requisito temporal, apenas após cinco anos de efetivo exercício, podendo perder o cargo em virtude de sentença judicial, mesmo que ainda não transitada em julgado.
- c) não possui direito à livre associação sindical durante o período que ainda não tenha adquirido a estabilidade, o que ocorre após, no mínimo, dois anos de efetivo exercício.
- d) poderá acumular qualquer outro cargo público, desde que haja compatibilidade de horários e que se limite a dois cargos públicos remunerados.
- e) é estável, quanto ao requisito temporal, após três anos de efetivo exercício, podendo, dentre outras hipóteses, perder o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.



Diz o art. 41, “caput”, da CF/1988, que “**são estáveis após três anos de efetivo exercício** os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público”. Ainda, o art. 41, § 1º, da CF/1988, determina que “**o servidor público estável só perderá**

o cargo: I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; II - **mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa**; III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa”.

Letra e.

065. (2022/PC-GO/AGENTE DE POLÍCIA) Em relação aos agentes públicos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício.
- c) É vedada a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.
- d) Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.
- e) Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração integral, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.



Determina o art. 41, § 3º, da CF/1988, que “extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com **remuneração proporcional ao tempo de serviço**, até seu adequado aproveitamento em outro cargo”.

Letra e.

066. (2022/CÂMARA DE UNAÍ-MG/OFICIAL DE ATIVIDADES DA SECRETARIA) É garantido o direito fundamental assegurado a todos o recebimento dos órgãos públicos de informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado. Esta garantia está relacionada diretamente com o seguinte princípio da Administração Pública:

- a) Eticidade.
- b) Eficiência.
- c) Publicidade.
- d) Impessoalidade.



O direito de informação, previsto no art. 5º, XXXIII, da CF/1988, está diretamente ligado ao princípio da publicidade.

Letra c.

067. (2022/PREFEITURA DE CENTRAL DE MINAS-MG/AUXILIAR ADMINISTRATIVO) Descumpra a norma constitucional que veda a acumulação remunerada de cargos públicos o servidor público que, na hipótese de compatibilidade de horários, exerce simultaneamente:

- a) Dois cargos de professor;
- b) Dois cargos privativos de profissional de saúde, com profissão regulamentada;
- c) Dois cargos técnicos;
- d) Um cargo de professor e outro, técnico ou científico.



Não há previsão no art. 37, XVI, da CF/1988, da acumulação de dois cargos de técnicos.

Letra c.

068. (2022/PREFEITURA DE UNIÃO-PI/AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO) Considerando o Artigo 41, da Constituição da República Federativa do Brasil, são estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. Isto posto, marque a opção INCORRETA.

- a) O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de apresentação de denúncia pública criminal ao poder judiciário.
- b) A extinção do cargo ou a declaração de sua desnecessidade fará com que o servidor estável fique em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- c) O servidor público estável só perderá o cargo mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- d) O servidor público estável só perderá o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- e) A avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade é obrigatória como condição para a aquisição da estabilidade.



Conforme o art. 41, § 1º, da CF/1988, “o servidor público estável só perderá o cargo: I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa”. Ou seja, a letra “a” não tem amparo constitucional.

Letra a.

069. (2022/PREFEITURA DE ARROIO DO PADRE-RS/AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE) Em conformidade com a Constituição Federal, assinalar a alternativa que preenche a lacuna abaixo CORRETAMENTE: É _____ a incorporação de vantagens de caráter temporário

ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

- a) vedada
- b) obrigatória
- c) facultada
- d) Permitida



De acordo com o art. 39, § 9º, da CF/1988, “é **vedada** a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo”.

Letra a.

070. (2022/PREFEITURA DE RECIFE-PE/AGENTE ADMINISTRATIVO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL)

Tem previsão expressa na Constituição Federal a regra que garante à pessoa com deficiência

- a) acesso a tecnologias assistivas para superar barreiras à integração social.
- b) direito ao auxílio-inclusão quando se tratar de deficiência moderada ou grave.
- c) prioridade no atendimento pela política habitacional.
- d) acessibilidade plena em todos os prédios públicos.
- e) reserva de percentual dos cargos e empregos públicos.



Conforme o art. 37, VIII, da CF/1988, “a lei reservará **percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência** e definirá os critérios de sua admissão”.

Letra e.

071. (2022/SSP-AM/TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR) O Governador do Estado Alfa informou

a sua assessoria que tencionava criar uma autarquia para a execução de atividades típicas de Administração Pública e desejava saber a forma a ser observada. A assessoria respondeu corretamente que o referido ente deve

- a) ser criado por lei ordinária específica.
- b) ser criado por lei complementar específica.
- c) ser criado por ato do Poder Executivo, a partir de autorização concedida em lei ordinária.
- d) ser criado por ato do Poder Executivo, a partir de autorização concedida em lei complementar.
- e) ter sua atividade regulamentada em lei complementar e sua criação autorizada em lei ordinária e efetivada por decreto.



De acordo com o art. 37, XIX, da CF/1988, “somente por **lei específica** poderá ser **criada autarquia** e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista

e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação". Como a Constituição fala em "lei", entende-se que se trata de lei ordinária.

Letra a.

072. (2022/TELEBRAS/TÉCNICO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) A regra de vedação à acumulação remunerada de cargos públicos abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público e as sociedades de economia mista bem como suas subsidiárias.



É o que se extrai do art. 37, XVII, da CF/1988, segundo o qual "a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público".

Certo.

073. (2022/TELEBRAS/TÉCNICO EM GESTÃO DE TELECOMUNICAÇÕES/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO) Em que pese a estabilidade dos servidores e servidoras em efetivo exercício três anos após a nomeação para cargo de provimento efetivo em virtude da aprovação em concurso público, estes poderão perder o cargo em razão de sentença judicial transitada em julgado e mediante processo administrativo que observe a ampla defesa.



Conforme o art. 41, § 1º, da CF/1988, "o servidor público estável só perderá o cargo: I - **em virtude de sentença judicial transitada em julgado**; II - **mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa**; III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa".

Certo.

074. (2022/DPE-RO/OFICIAL DE DILIGÊNCIA) Assinale a opção que apresenta o princípio constitucional que obriga a administração pública a manter ou ampliar a qualidade dos serviços prestados à população, evitando desperdícios e buscando sempre a máxima excelência na prestação de seus serviços.

- a) princípio da publicidade dos atos da administração pública
- b) princípio da legalidade
- c) princípio da impessoalidade
- d) princípio da moralidade
- e) princípio da eficiência



Trata-se do princípio da eficiência previsto no “caput” do art. 37 da CF/1988.

Letra e.

075. (2022/MJSP/TÉCNICO ESPECIALIZADO EM FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO) Admite-se a contratação temporária de pessoas pela administração pública, desde que haja excepcional necessidade de interesse público, podendo o vínculo ser renovado por tempo indeterminado, desde que presentes os requisitos estabelecidos em lei.



Em respeito ao art. 37, IX, da CF/1988, “a lei estabelecerá os casos de contratação por **tempo determinado** para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público”. Ou seja, o vínculo não pode ser renovado por tempo indeterminado.

Errado.

Abra



caminhos



crie

futuros

gran.com.br

